



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GELSON PEREIRA DOS SANTOS

**A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AS COMUNIDADES
ECLESIAIS DE BASE (CEBS) NA REGIÃO DE LONDRINA
DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

LONDRINA
2010

GELSON PEREIRA DOS SANTOS

**A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AS COMUNIDADES
ECLESIAIS DE BASE (CEBS) NA REGIÃO DE LONDRINA
DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
História da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito para a obtenção do
título de graduado.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo dos Santos
Oliva

Coorientador: Prof. Dr. Fábio Lanza

LONDRINA
2010

GELSON PEREIRA DOS SANTOS

**A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AS COMUNIDADES ECLESIAIS
DE BASE (CEBS) NA REGIÃO DE LONDRINA DURANTE A
DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
História da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito para a obtenção do
título de graduado.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Fábio Lanza
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Marco Antônio Neves Soares
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 22 de novembro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Aos Profs. Drs. Orientadores, Fábio Lanza e Alfredo dos Santos Oliva.

A todos da minha família, pela força e motivação.

Aos amigos e colegas, pelo apoio em todos os momentos desta jornada.

Aos professores e colegas de curso, pelo conhecimento compartilhado.

Às pessoas entrevistadas, que proporcionaram informações importantes para a conclusão deste trabalho.

A todos que, de forma direta ou indireta, colaboraram para a conclusão deste trabalho.

SANTOS, Gelson Pereira. A Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na região de Londrina durante a Ditadura Militar (1964-1985), 2010, 71 f. (Trabalho de conclusão do curso de História). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

Percebemos em meados do século XX a dinâmica da Instituição Católica para se contrapor à situação de pobreza no qual se encontrava o povo Latino-Americano. Observamos as conseqüências das crises econômicas originadas em parte pelo processo colonial vivenciados por esses países e dentre esses efeitos os sucessivos golpes de estado que contribuíram para aprofundar as desigualdades já existentes entre as classes sociais. Nesse momento, parte da Igreja Católica passou por mudanças consideráveis, no qual coube destacar o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Conferência Episcopal de Medellín no México (1968) e a Conferência Episcopal de Puebla na Colômbia (1979). Nesse contexto, o Brasil saiu de um governo democrático (João Goulart) e entrou na Ditadura Militar (1964-1985). Notou-se também o envolvimento de parte da Igreja Católica na defesa dos direitos das pessoas que sofreram perseguição política, principalmente após o recrudescimento da violência. Nesse período, a parte progressista da Igreja Católica atuou na sociedade de forma prática subsidiada pela formulação da Teologia da Libertação, que politicamente engajou membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em sindicatos e partidos políticos, a fim de ampliar o campo de atuação de maneira mais efetiva na luta contra a desigualdade e o mais novo "inimigo": a ditadura. Alguns padres, irmãs e leigos, na sua maioria, vinculados à Teologia da Libertação e às CEBs também estiveram atuante no Paraná. Por meio da análise da memória de alguns sujeitos que tiveram participação nos grupos de base, observou-se a dinâmica dos bispos e clérigos na região de Londrina e suas particularidades na percepção e recepção da Teologia da Libertação e das CEBs. Nesse sentido, verificou-se conflitos no campo teológico com a hierarquia da Instituição Católica num momento bastante delicado e instável, por conta desse período de ditadura ainda em processo na sociedade brasileira e região londrinense. Nesse conjunto de acontecimentos, foi notável o enfraquecimento da TdL e CEBs, em parte pela falta de apoio por parte da Instituição Católica no período e nos anos que se seguiram com o fim da Ditadura Militar (1964-1985) aos dias atuais.

Palavras Chave: Igreja Católica. Ditadura Militar. CEB's. Teologia da Libertação

ABSTRACT

We noticed in the mid-twentieth century the dynamics of the Catholic institution to counter the poverty in which she was the Latin American people. Observe the consequences of economic crises originated in part from the colonial process experienced by these countries and these effects among successive coups that have contributed to deepen the existing inequalities between social classes. At this time, the Catholic Church has undergone considerable changes, which fell to highlight the Second Vatican Council (1962-1965), the Episcopal Conference of Medellin in Mexico (1968) and the Episcopal Conference of Colombia in Puebla (1979). In this context, Brazil emerged from a democratic government (John Gould) and entered the military dictatorship (1964-1985). It was also noted the involvement of the Catholic Church in defending the rights of people who have suffered political persecution, especially after the upsurge of violence. In this context, the progressive part of the Catholic Church served the society in a practical way subsidized by the formulation of Liberation Theology, which politically engaged members of Basic Ecclesial Communities (BECs) in unions and political parties in order to expand the playing field for more effectively in the fight against inequality and the newest "enemy": the dictatorship. Some priests, sisters and lay people, mostly linked to liberation theology and CEBs were also active in Parana. By analyzing the memory of some individuals who have participated in the grassroots groups, we observed the dynamics of the bishops and clergy in the region of Londrina and its peculiarities in the perception and acceptance of liberation theology and CEBs. In this sense, it was found in theological conflict with the Catholic hierarchy of the institution at a time of delicate and unstable, due to this period of dictatorship still in process in Brazilian society and Londrina region. In this set of events, was a remarkable weakening of liberation theology and CEBs in part by the lack of support from the Catholic institution in the period and the years that followed the end of military dictatorship (1964-1985) to today.

Key words: Catholic Church. Military Dictatorship. CEB's. Liberation Theology

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso
AI – Ato Institucional
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BNM – Brasil Nunca Mais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEBI – Centro de Estudos Bíblicos
Celam – Conselho Episcopal Latino-Americano
CMT – Confederação dos Trabalhadores Mexicanos
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI – Centro de Operações para Defesa Interna
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPT – Comissão Pastoral da Terra
C.V II – Concílio Vaticano II
DC – Documento de consulta
DOI – Departamento de Ordem Interna
Dops – Delegacia de Ordem Política e Social
DT – Documento de trabalho
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PDS – Partido Democrata Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
TdL – Teologia da Libertação
UDN – União Democrática Nacional
UEL – Universidade Estadual de Londrina
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 O CONTEXTO LATINO-AMERICANO	07
3 O CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965)	14
3.1 MEDELLÍN (1968).....	17
3.2 PUEBLA (1979).....	19
4 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	23
4.1 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE	26
5 BRASIL PRÉ-64	28
5.1 BREVE CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1964-1985) NO BRASIL E PARANÁ.....	32
6 MEMÓRIA E HISTÓRIA	40
7 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE	70

1 INTRODUÇÃO

A construção histórica da Teologia da Libertação e seu desenvolvimento na América Latina, e também as CEBs no Brasil e em Londrina, exige uma contextualização necessária a fim de demonstrar uma conjuntura social, econômica e política que favoreceu seu aparecimento, e para realçar a situação da realidade em que se encontrava o povo Latino-Americano, como se pode perceber nas palavras de Michael Lowy (1991, p. 33),

[...] a industrialização do continente a partir da década de 50 (sob o impulso dos capitais multinacionais) vai “desenvolver o subdesenvolvimento” (segundo a fórmula bem desenvolvida de Andree Gunder-Frank), isto é, agravar a dependência, aprofundar as contradições sociais, estimular o êxodo rural e o crescimento das cidades, concentrando nas zonas urbanas uma classe trabalhadora nova e, sobretudo, um imenso “pobretariado”.

Junto a essas percepções há que se destacar as mudanças internas e externas da Instituição Católica, que foi de fundamental relevância para a emergência de uma Igreja mais próxima do povo. A Igreja Católica passava a adotar não só uma visão, mas uma prática política voltada a atingir uma parte da sociedade que se encontrava excluída do direito dessa participação política, dos bens produzidos, de privação de educação, enfim, de negação dos direitos humanos, como percebeu Lowy (1991, p. 33),

[...] A mudança interna toca o conjunto da Igreja Católica, e o desenvolvimento, desde a segunda guerra mundial, de novas correntes teológicas, principalmente na Alemanha (Buttmann, Moltmann, Metz, Rahner) e na França (Calvez, Congar, Lubac, Chenu, Duquoc), de novas formas do cristianismo social (os padres operários, a economia humanista de padre Lebreton), de uma abertura crescente as interrogações da filosofia moderna e das ciências sociais.

Na América Latina, podemos observar uma sucessão de golpes militares a partir da década de 1930, intensificação dos movimentos sociais e guerrilhas, e a percepção de uma legitimidade em crise do sistema político que desencadeou transformações importantes na estrutura de muitos países latinos.

Dentre essas mudanças ocorridas na América Latina, parte dos bispos, clérigos e leigos não ficaram alheios a esta situação, isto é, percebe-se algumas alterações profundas no interior da Igreja Católica que estão relacionadas diretamente com o Concílio Vaticano II (1962-1965), com a Conferência dos bispos latino-americanos em Medellín no México (1968) e Puebla na Colômbia (1979). Esses acontecimentos vão impactar sobremaneira a realidade dos cristãos vinculados à Instituição, por meio de seu renovado aspecto diante do mundo.

Pode-se destacar também a situação brasileira logo após a crise que aprofundou as desigualdades entre as classes, em que os sucessivos governos democráticos passaram pela presidência com suas formas de administração peculiares até o último deles (João Goulart), que recebeu o Golpe de Estado por parte dos militares, iniciando, assim, a Ditadura Militar (1964-1985) e descrevendo um cenário político comandado por generais militares.

A memória nacional ficou marcada com os atos de controle e “ordem”, confrontando todo e qualquer tipo de contestação por parte da população e instituições, como foi o caso da Igreja Católica com a Teologia da Libertação, que se desdobrou com as perseguições e assassinatos espalhados por todo território nacional.

É neste contexto que o Paraná, como todos os outros estados brasileiros, carrega um histórico de violência militar não menos importante em relação a esses outros estados, no qual será aqui abordado para que possamos ter um maior conhecimento da atuação do governo militar no sul do país.

Por fim, a análise conclusiva e específica será realizada na região de Londrina, baseada principalmente nas memórias dos leigos que tiveram participação direta no processo de relação da Igreja Católica com o governo militar no período de 1964 a 1985. Nesse sentido, serão observadas e analisadas as contribuições e as informações adquiridas, por meio de transcrições acerca do comportamento dos membros católicos, bispos e padres, no seu engajamento junto aos movimentos das CEBs e os próprios leigos no contexto da Teologia da Libertação.

2 O CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Tal como o vento derruba os castelos de carta, assim o ano de 1930 derrubou mais de uma situação política da América Latina. (DONGHI, 1975, p. 211).

Após a crise de 1929 o mundo mergulhou numa depressão, principalmente econômica, que deixou à mostra toda fragilidade da ordem mundial, no qual a América tentou inserir-se de maneira tão intensificada e, por conta desse elo, não ficou livre de colapso na economia, catástrofes sociais e as seguidas crises no campo político que foram suficientes para transformar o cenário latino-americano, juntamente com as economias mundiais que jamais voltaram a ser as mesmas.

Uma das modificações ocorridas na América Latina, logo após a crise, foi sua relação com os centros econômicos, que durante o século XIX baseavam-se na produção primária e desempenhavam a função de fornecedores e também de consumidores de produtos industrializados. Num primeiro momento, com a hegemonia da indústria têxtil e após 1873 com o desenvolvimento e o expansionismo das indústrias químicas e metalúrgicas, posteriormente à crise de 1929 e a segunda guerra mundial, é que se percebeu essas mudanças e alterações nos países da periferia.

Interessante é ressaltar que a economia das grandes potências deu um salto considerável devido à expansão do mercado interno de consumo, isto porque aconteceu uma rápida substituição e acumulação que assegurou o ritmo do consumo, necessário para manter a produção em constante crescimento.

Ocorreu que as políticas de comércio entre a periferia e as metrópoles se alteraram de forma com que houvesse uma queda na importação dos produtos primários vindos dos países periféricos, fazendo com que a declinação de seus preços fossem uma realidade, ocorrendo aí uma degradação dessas regiões.

Essas consequências sentidas aqui na América Latina foram perceptíveis por volta da metade do século XX, a 2ª guerra mundial corrigiu, em parte, um dos resultados mais funestos da crise, entretanto, transformações econômicas, sociais e políticas ocorreram em alguns países onde houve desenvolvimentos mais notáveis nos transportes, nos quais também havia uma

administração mais moderna, fatores esses precedentes à 2ª guerra e pós-guerra, um novo vigor crescente para logo depois declinar após 1950.

Houve por parte do Estado uma tentativa de controlar os desequilíbrios na economia de seus países, pois havia queda de preços no setor primário e queda de produção no setor secundário, em que se tentou regular o ritmo de produção e das exportações. Houve, porém, uma dificuldade nesse sentido, pois os produtores não eram homogêneos, ou seja, notou-se os pequenos e grandes produtores, dessa forma foi difícil se autodisciplinarem e passarem a um ritmo de produção desacelerada. Nesse momento, para assegurar o preço dos produtos, o Estado fez a compra e destruição desses, fato percebido em Cuba, Argentina e Brasil, onde ocorreu a queima de grande quantidade de café. No entanto, essa intervenção estatal foi muito cara, e a subvenção a esse setor primário foi sistemática, para isso mudou-se a política monetária e cambial.

Donghi (1975, p. 214) indicou um dos problemas importantes das crises que atingiram os países latino-americanos,

[...] no âmbito desses fatos, a crise e as medidas inventadas para combatê-la não deixam de ter amplas conseqüências. A crise, já por si, era uma causa da diminuição no ritmo do processo orientado para a monocultura de exportação, já que não dizia respeito apenas aos preços, mas também ao volume de demanda; por outro lado, começa-se a enxergar na monocultura uma das principais responsáveis pelas dificuldades em que se debate a América Latina [...] A diversificação torna-se uma palavra de ordem acolhida por todos; e se começa a fazer tentativas - com resultados diversos e geralmente modestos - para estimulá-la.

Nesse contexto caótico da economia dos países, as indústrias leves se desenvolveram, assim como ocorreu nos países europeus industrializados. No entanto, com várias diferenças, uma delas é que os países latino-americanos usaram uma infraestrutura pouco desenvolvida, isto é, no campo dos transportes, por exemplo, em que ocorreu grande ênfase nos transportes rodoviários, desenvolvendo muito pouco o ferroviário, fato contrário ocorrido nos países europeus, somados ainda ao desestímulo da expansão industrial, acrescentando-se ainda mais a esses problemas o crescimento limitado por conta das penúrias financeiras oriundas da crise mundial, impossibilitando aos estados investimentos em inovações técnicas que são as bases para a criação e desenvolvimento para a indústria pesada local.

Ao se afirmar anteriormente que a guerra corrigiu uma parte dessa crise, é porque justamente nesse momento em que os países estiveram em guerra, baixaram-se as exportações de produtos industrializados, fazendo com que os países da América Latina acumulassem reservas monetárias e os seus setores primários produzissem em ritmo mais acelerado. Por algum tempo esses países desfrutaram de um mercado livre da concorrência das grandes potências, mas em contrapartida um dos aspectos negativos foi que as maquinarias importadas para suprir a infraestrutura adequada para a sequência de desenvolvimento foram escassas, e em 1945 os países periféricos chegaram com uma estrutura produtiva transformada, mas que ainda se percebia em desequilíbrio, segundo relatos de Donghi (1975).

No contexto anteriormente verificado, nem todos os países estavam mergulhados em crise absoluta, como é o caso do México que, com sua política-econômica, alcançou algum progresso, e que isto foi possível por conta da revolução que se deu por volta de 1930 e 1940, no qual o general Calles¹ assumiu a frente do poder e proclamou que “o futuro da revolução é socialista”, porém, as mudanças foram pouco notadas. (DONGHI, 1975). No governo seguinte, Calles foi responsável pelo grande apoio a Cardenas² que se tornou em 1935 o novo presidente mexicano, logo em seguida Cardenas rompeu com o ex-governo mexicano.

Em seu governo, Cardenas foi grande responsável por profundas mudanças no México, dentre elas o fomento à organização sindical, a CMT (Confederação dos Trabalhadores Mexicanos), o movimento na prática continuava dependendo do governo, mas na nova realidade governamental conseguia defender melhor suas reivindicações e interesses dos grupos que representava. A reforma agrária foi importante nesse governo, como coloca Donghi (1975, p. 236):

¹ Em 1924 foi eleito Elias Calles que deu continuidade ao discurso nacionalista, ampliou a reforma agrária e manteve o controle sobre o movimento operário, já sob o comando de líderes pelegos. Durante esse período foi criado o banco do México e aplicadas as leis Anticlericais, responsáveis por violenta rebelião camponesa, que se estendeu de 1927 a 1930. O final do governo de Calles foi caracterizado por intensas disputas políticas envolvendo diversas facções dos grupos que se diziam representantes da revolução. Ver site <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=178>>.

² Presidente do México nascido em Jiquilpan, estado de Michoacán, que se destacou como reformador social e agente da nacionalização da indústria petrolífera. Descendente de indígenas, aos 18 anos integrou-se à revolução mexicana. Como general tornou-se governador de Michoacán (1928) e, no ano seguinte, participou da formação do Partido Nacional Revolucionário, tornando-se presidente (1930). Foi ministro do Interior (1931), da Guerra e da Marinha (1933), antes de ser eleito presidente da república (1934). Ver site http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_2521.html.

[...] Cardenas imprimiu um novo ritmo à subdivisão dos latifúndios, multiplicou as propriedades comunais e a pequena fazenda individual, englobando no conjunto cerca de vinte milhões de hectares, graças a essas modificações, a revolução punha finalmente raízes no campo .

Neste contexto, outro país que teve uma história peculiar na América Latina, foi Cuba, pelo movimento revolucionário que desencadeou e inspirou tantos outros movimentos em outros países como a Argentina, Uruguai, Bolívia e o próprio Brasil, tal foi a força com que realizou e deu ânimo renovado aos seus executores que pensaram em espalhar por todo continente os ideais de libertação alcançados.

Até 1940, vários políticos se sucederam no governo de Cuba até a posse de Batista.³ Boa parte dos que o colocaram no poder tinham uma visão de governo “progressista”, logo seu governo não alcançou popularidade e em 1944 o Partido Revolucionário Autêntico venceu as eleições e a presidência passou para Ramón Grau San Martín.⁴ Mas nova decepção tomou conta do povo cubano, uma vez que esse governo promoveu um sistema de corrupção que ultrapassou até mesmo seu antecessor.

Segundo Donghi (1975), em 1948 Grau instalou Prío Socarrás⁵ no poder, mas não sem violência e uma eleição fraudulenta. A administração seguiu o mesmo rumo do governo anterior, no entanto, em 1952, por meios legais Batista tentou reeleger-se sem sucesso, dá um golpe de Estado e instala em Cuba a Ditadura Militar, com as eleições plebiscitárias de 1954, tornando-se presidente.

Contra seu governo, a organização do Partido Autêntico mais a opinião das classes elevadas e médias urbanas se expressaram no Partido Ortodoxo, nesse contexto é que surgiu a resistência do movimento 26 de Julho, em

³ General Fulgencio Batista y Zaldívar nasceu em 16 de janeiro de 1901, em Banes, Cuba. Ele ingressou no exército em 1921, tornando-se, em 1933, o Chefe do Estado Maior, em que assumiu o controle da presidência, que era nominalmente dado a Ramon Grau. Após uma série de presidentes, Batista foi eleito em outubro de 1940. Devido aos limites de prazo impostos pela Constituição do país, Batista não pôde tentar a reeleição em 1944. Ver site <<http://www.u-s-history.com/pages/h1768.html>>.

⁴ Ramón Grau San Martín (1887-1969) foi um médico cubano. Nomeado presidente provisório de Cuba, em 1933, foi eleito para a presidência em 1944. Ver site <<http://www.answers.com/topic/grau-san-mart-n-ram-n>>

⁵ Carlos Prío, Bahia Honda, 1903 - Miami, 1977. Político e advogado cubano. Sua carreira política começou em tenra idade e atingiu o pico em 1948, ano em que foi nomeado presidente da República de Cuba, cargo que ocupou até 1952, quando houve um golpe liderado por Fulgencio Batista. Ver site <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/p/prio.htm>>

que se achou Fidel Castro, no qual engajou-se inicialmente no movimento universitário. Ele simpatizava com os “ortodoxos”.

Sua primeira tentativa no assalto à caserna de Moncada em Santiago (Cuba) foi sem sucesso. Após essa tentativa, foi para o exílio no México, onde organizou uma expedição que se tornou, em 1956, um pequeno movimento de guerrilheiros na Sierra Maestra. Nesse momento, os camponeses deram apoio à guerrilha, logo depois também na cidade afirmou-se um movimento de resistência, a repressão recrudesciu, ante os revolucionários, e novamente Fidel Castro falha numa tentativa de greve geral, pois o movimento operário não fora influenciado pelos comunistas, e sim organizados pelo Partido dos “Autênticos”, aliando-se a Batista.

No campo, porém, o exército rebelde avançou e incendiou as plantações. A situação tornou-se incontrolável para Batista, agravando-se ainda mais quando o governo de Washington cessou seu apoio e cancelou o envio de armas. O governo cubano não resistiu às pressões e em 1º de janeiro de 1959 os guerrilheiros tomaram a capital e declararam vitória.

Para Donghi, em Paralelo à revolução cubana, o Uruguai passou por experiência parcialmente semelhante, onde, em 1933, o presidente Gabriel Terra⁶ (1933-1936) proclamou a Ditadura. Esse golpe de Estado surtiu um efeito “positivo”, pois ocorreu, em seguida, uma retomada econômica relativamente rápida. Terra, em 1934, colocou em funcionamento uma nova constituição, que dividiu o senado em dois blocos, os “brancos” e os “colorados”, que foram maioria.

Em 1938, seu cunhado, o general Alfredo Baldomir Ferrari (1938-1942), assumiu a presidência. Em seu governo procedeu a uma reconciliação no âmbito do partido colorado, e sua unidade mantém uma política de alinhamento com os Estados Unidos. Essa unidade favoreceu os seguidores de Batile e, em 1946, chegaram ao poder com Luis Batile Berres,⁷ que foi favorável ao desenvolvimento industrial.

⁶ Nascido em Montevideu (Uruguai) no ano de 1873. Filho de um proeminente economista da época, Joseph L. Terra, em 1895, aos 22 anos, defendeu sua tese final da faculdade de direito, que teve como tema central a dívida pública, tornando-se um especialista em questões financeiras. Entre 1900 e 1939, todos os governos do Uruguai julgaram necessários seus serviços como um especialista. Em 1933, terminou com a Constituição de 1918 por meio de um golpe. A Convenção Constitucional de 1934 alargou o seu mandato, que expirou em 19 de junho de 1938. Ver site <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/t/terra.htm>>

⁷ Luis Batile Berres nasceu em Montevideu (Uruguai) no ano de 1897. Muito jovem, membro do Partido Colorado, foi deputado desde 1921. De 1933 a 1938 permaneceu no exílio, como sendo

Porém, as políticas seguidas pelos adeptos das idéias de Batlle só fizeram sacrificar sistematicamente a população rural, que de alguma forma foi suportada pelas pequenas fazendas de cereais e de criação de gado, onde os grandes fazendeiros mergulharam no contrabando como meio de “corrigir” as falhas da política oficial.

Mas entre as crises que se sucederam nos governos do Uruguai, a que propiciou a tomada pela maioria rural, das decisões políticas, foi a crise das exportações, que baixou os lucros e que os agricultores buscaram restituí-los, principalmente, porque estiveram ao lado do alinhamento vitorioso. Donghi (1975, p. 244) conclui que,

[...] Através de tantos altos e baixos, o Uruguai conseguira conservar a estabilidade constitucional obtida tão tardiamente. Para quem o via de longe, era o país que tinha eliminado radicalmente as formas presidenciais autoritárias e que, em 1952, voltara a um executivo colegiado.

Outros países também passaram por diversas crises econômicas, sociais e políticas, que é o caso da Argentina, Chile, Costa Rica, Venezuela, Peru. No entanto, não serão descritos e analisados, mas indicam o panorama geral no qual se encontrava a América Latina e sua relação com os países europeus.

Foram destacados alguns exemplos de que a América Latina se achava tomada por alterações consideráveis em suas estruturas econômica, financeira, industrial e social, abaladas por essas transformações que modificaram a sua realidade, fazendo com que parte da igreja, no contexto anteriormente observado, tomasse uma decisão na crise que se configurou em meio a uma conjuntura vista nas suas mais diversas categorias, fossem elas sociais, econômicas ou políticas.

Porém, percebemos que a postura da Igreja Católica nesses países não foi idêntica na defesa dos povos oprimidos latino-americanos no contexto de

contrário à ditadura do presidente Gabriel Terra. Depois de voltar ao Uruguai, ele retomou sua carreira no jornalismo e na política. Presidente da Câmara 1942-1946, foi escolhido pelo presidente Thomas Berreta para ocupar a vice-presidência, o qual morre prematuramente, é então nomeado presidente, cargo que ocupou de 1947-1951. Em 01 de março de 1955, após a implementação do sistema de colegiado do Poder Executivo, foi eleito Conselheiro Nacional, ocupando este posto até 01 de março de 1956. Ver site http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/batlle_berres.htm.

miséria em que se encontravam. Cada uma assumiu o seu papel, uma de oposição, outra de alinhamento ao pensamento da direita ou ainda ao silêncio.

Podemos rapidamente citar alguns casos em que as Igrejas não foram unânimes no apoio à ideia da Teologia da Libertação, muitas delas permaneceram no conservadorismo e na moderação, como no caso da Igreja Católica Argentina que, durante a Ditadura Militar (1966-1973), no que alguns a conhecem como a “guerra suja” contra a “subversão”, preferiu o silêncio obsequioso frente aos crimes desse regime. Na Colômbia podemos ver que a Igreja esteve ao lado do poder oligárquico, procurando a todo custo lutar contra o comunismo ateu, tudo em nome da religião, segundo Lowy (1991).

No caso de alguns outros países, e do Brasil em especial, houve uma oposição que lhes custaram muitas perseguições, torturas e assassinatos de parte de seu corpo eclesiástico, como bispos, padres, irmãs, porque estiveram a fomentar movimentos, pastorais, a criação de partidos como forma de luta direta contra a Ditadura Militar (1964-1985), e de condenação do sistema capitalista que empobreceu a população tornando-a cada vez mais desigual.

3 O CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965)

Ao tratarmos do Concílio Vaticano II ocorrido no começo da década de 1960, é importante retornarmos um pouco na história afim de contextualizarmos um período em que ocorreram algumas transformações internas na Igreja Católica, será muito relevante comentar resumidamente sobre uma em especial que é o ultramontanismo.

O ultramontanismo é descrito como a política católica que imperou entre 1800 e 1960 e suas características se basearam na condenação do mundo moderno, centralização política e doutrinária na Cúria Romana e adoção da medievalidade como paradigma sócio-político, e compreende o pontificado que vai de Pio VII (1800-1823) em que se iniciou uma consolidação na Igreja Católica de uma doutrina conservadora e restauradora, ao pontificado de João XXIII (1958-1963), quando o Concílio Vaticano II,

[...] criou as condições para a instauração de uma nova autocompreensão, que propiciou o desenvolvimentos de posicionamentos políticos e pastorais, na América Latina, que se manifestaram na Teologia da Libertação e na “opção preferencial pelos pobres”. (MANOEL, 2004, p.11)

Nesse longo período percebeu-se na esfera intelectual a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna, na política externa à condenação à liberal democracia burguesa e o reforço e apoio à idéia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e fomento e reforço ao episcopado; na esfera sócio-econômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e o desejo explícito de um retorno à Idade Média e na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (1545-1563), fazendo referência principalmente no combate ao protestantismo, que englobou também, no século XIX, o espiritismo (MANOEL, 2004).

Esse período pode ser dividido em três momentos que marcam as mudanças e permanências, segundo Ivan Manoel, de forma resumida, como segue:

- 1º momento: de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878), que corresponde a consolidação da doutrina conservadora,

com uma estratégia centrada mais no discurso do que na ação;

- 2º momento: pontificado de Leão XIII (1878-1903), que, sem abandonar a doutrinação contra o mundo moderno, deu passos decisivos para o estabelecimento de uma política de intervenção católica na realidade concreta, de que as Concordatas são exemplo, além de, em certas questões, como a idéia de democracia, demonstrar menos restrições;
- 3º momento: de Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), a conversão da doutrina em política, do discurso em práxis, por meio do desenvolvimento dos programas da Ação Católica, que acabaram por gerar as contradições que levaram ao Concílio Vaticano II e, na América Latina, à Teologia da Libertação.

Exposto o período histórico da Igreja Católica acima, em contraste com a conjuntura econômica mundial percebeu-se as intensas transformações econômicas, políticas e sociais, ocorridas nas relações entre os países da América Latina e com os países da Europa desde a grande crise mundial de 1929, foi um momento em que cada país teve que lidar internamente com seus problemas.

A Igreja Católica, ou parte dela, deparou-se com esse cenário, onde estava inserida, prevendo que esses desafios precisavam ser enfrentados, para isso uma mudança na sua estrutura seria necessária. Nesse contexto, inicia-se o Concílio Vaticano II (1962-1965), ou seja, a reunião de bispos de todos os continentes com o intuito de encontrar novos caminhos para reformar a liturgia, a renovação espiritual e pastoral da Igreja Católica.

Pode-se verificar que os bispos latino-americanos tiveram papel de importância considerável nesse processo de elaboração do Concílio Vaticano II, uma vez que o episcopado brasileiro, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), constituídas desde 1952, e a Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), desde 1955, direcionou o Concílio para que sua formulação se encaminhasse para uma prática já em curso e não ficasse somente na doutrina. No Brasil, isto se verificou devido à experiência pela qual o país já estava passando, que foi uma renovação em processo como Oscar Beozzo (1985, p. 8) coloca como

sendo, “[...] um esforço de coordenação em nível nacional não apenas em termos de Conferência Episcopal, mas em termos de um Plano de Pastoral de Conjunto, destinado a convocar toda a igreja para uma ampla e profunda renovação.”

Outra importante experiência já vivenciada pela Igreja Católica no Brasil foi a Ação Católica, que desde os anos de 1930 já levantava questionamentos a respeito da fome e do subdesenvolvimento, e ainda do caráter ideológico semelhante ao das Comunidades Eclesiais de Base, ou seja, a responsabilidade do cristão no que concerne à questão político-social para o combate da desigualdade e defesa da liberdade dos oprimidos e marginalizados. O trecho a seguir revela a experiência dos bispos brasileiros em Roma durante o Concílio, que foi notável para as reflexões e superação de divergências e amadurecimento das propostas da Igreja Católica brasileira para o Concílio Vaticano II,

[...] O Concílio para os bispos brasileiros foi, como para a maioria dos bispos, uma grande escola de reciclagem teológico-pastoral e escola de vida eclesial, no exercício cotidiano da colegialidade, do perscrutar novas questões, de abrir os espíritos para novos conhecimentos. Mas o foi num sentido muito mais sistemático e profundo. (BEOZZO, 1985, p. 11).

No Brasil, a Igreja procurou aplicar a reforma do Concílio Vaticano II de forma imediata em todos os seus grandes aspectos, resultando em cursos, conferências, encontros, centros de formação e nas multiplicações de publicações que se espalharam por todo país. O Concílio teve grande impacto principalmente na Ação Católica, que por seu caráter militante acabou por chocar a população por sua ação prática de intervir e eliminar os costumes religiosos mais arraigados da comunidade como as festas, as procissões, a retirada das imagens, mas essas atitudes iniciais foram logo corrigidas. Contudo, no balanço inicial pode-se argumentar, assim como faz Beozzo (1985, p.14) ao discorrer que,

[...] o balanço apresenta-se positivo e tanto a igreja do Brasil como as igrejas da América Latina ganharam um rosto próprio, fizeram seu próprio caminho, consolidaram sua experiência eclesial, reataram com suas próprias raízes, produziram sua renovação, tanto na vida das comunidades como dos religiosos e sacerdotes, principiaram a elaboração de uma reflexão bíblica e teológica que desse razão aos passos e à fé do povo de Deus.

Logo após o Concílio, alguns padres conciliares propuseram a Paulo VI, Papa da Igreja Católica de 1963 a 1978, uma segunda Conferência Geral em Medellín (Colômbia-1968), em que tratou sobre a promoção humana, evangelização e crescimento na fé, isto porque, segundo Andrade Filho (1982), o episcopado latino-americano não poderia ficar indiferente às injustiças sociais ocorridas no continente. Neste contexto, não pode ser deixado de lado a terceira Conferência em Puebla (México-1979), a qual tratou da evangelização do presente e do futuro da América Latina, aí se travou uma das discussões delicadas sobre as CEBs e a Teologia da Libertação, em que as CEBs foram valorizadas pelo seu caráter evangelizador. Discutiu-se a dignidade humana dos povos oprimidos, explorados e feridos por seculares injustiças, assim a Conferência ficou marcada por sua “opção preferencial pelos pobres”.

Dentre todos esses fatos ocorridos, neste período de 17 anos (1962-1979), a Instituição Católica foi profundamente influenciada pela nova maneira de olhar para a América Latina, destacando-se a interação de parte da igreja do Brasil às novas diretrizes do Concílio que foi considerável, somadas às discussões de Medellín (1968) e Puebla (1979). Entretanto, assumir esse compromisso pelos pobres não deixou de trazer consequências pela oposição que resolveu adotar, isto é, a sua posição desfavorável a uma conjuntura político-econômica e social cada vez menos igualitária.

3.1 MEDELLÍN (1968)

O Concílio Vaticano II já pôde ser visto como uma reflexão mais atenta sobre a realidade dos problemas da América Latina, no qual, passados muitos anos, pediu uma observação mais aproximada da Igreja. Desta forma, os bispos latinos contribuíram enormemente para que os rumos do Concílio fossem na direção de uma prática concreta, fugindo de um subjetivismo doutrinal, assim, a Igreja, colocou-se como corresponsável pela conscientização junto aos oprimidos.

Nesse contexto, segundo Andrade Filho (1982), era preciso refletir sobre os desdobramentos na América Latina das conclusões do Concílio Vaticano II (1962-1965), foi neste momento que os bispos latinos pensaram em organizar no

continente uma Conferência que pudesse trazer à luz para o povo latino a experiência vivenciada nos anos que se seguiram aos primeiros momentos do Concílio. Começaram-se então os preparativos para a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, no ano de 1968 na Colômbia com a participação do Papa Paulo VI.

Nesta Conferência, ficou evidente o chamado à libertação do homem latino e a identificação da Igreja Latino-Americana no processo de transformação de todo um povo, tomou parte junto aos homens injustiçados primeiro com a sua conscientização, para que desse modo tivesse noção de sua posição no espaço que ocupava, e depois pela percepção da marginalização onde foi lançado. A partir daí, parte dessa Igreja, numa dinâmica transformadora, empreendeu objetivamente uma etapa de construção de uma nova sociedade livre de toda opressão, como podemos perceber na obra de Francisco Andrade Filho (1982, p. 35),

[...] A “conscientização” foi a primeira etapa na tarefa de libertação na busca de uma transformação da situação latino-americana. Neste processo, união de teoria e práxis – desalienante e libertadora, o homem oprimido percebe e modifica sua relação com o mundo e com os outros homens. Passa de uma “consciência ingênua” a uma “consciência crítica”. O oprimido “extrojeta” a consciência opressora que nele habita, adquire conhecimento de sua situação, encontra sua própria linguagem e torna-se ele próprio, menos dependente, mais livre, comprometendo-se na transformação e construção da sociedade.

Observemos que nessa nova relação buscada entre uma parte da Igreja Católica latina e seu povo, nesse despertar para um compromisso evangélico de libertação, a II Conferência de Medellín projetou-se de maneira mais ampla para uma “libertação integral” de todo continente, por isso a necessidade de sua vinculação político-religiosa numa dimensão mais profunda.

Nesse sentido, houve o reconhecimento, em Medellín (1968), das estruturas causadoras da dependência econômica, política e cultural, que se deu no nível dos países dominantes que mantiveram a supremacia tecnológica e científica a seu favor, e o aprofundamento da dependência dos países periféricos, viu-se por este lado a propagação de uma injustiça que promovia a degradação da população latina e a chamada “violência institucionalizada” que coibia os direitos mais fundamentais, por isso, “A partir de Medellín a opção pelo pobre tornou-se a expressão de fé do cristão. A solidariedade com o pobre, o compromisso com a

libertação das classes exploradas, a entrada no mundo da política, levaram a uma releitura do evangelho.” (ANDRADE FILHO, 1982, p. 42).

Pode-se pensar que na II Conferência em Medellín, a Igreja ressaltou e enfatizou algumas das problemáticas mais constantes no cotidiano do povo latino-americano, como a alienação, a opressão que pesava sobre si, a injustiça que o levava ao não reconhecimento de seus direitos de forma clara e, como fora explanado anteriormente, o reconhecimento da dependência econômica, política e cultural dos países latinos num contexto global.

Nesse conjunto de contradições que imperava na América Latina, a Igreja tomou a posição pela libertação dessa população oprimida, que por extensão exigiu uma nova *práxis* evangelizadora.

3.2 PUEBLA (1979)

Em Puebla no México, ocorreu de janeiro a fevereiro de 1979 a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, com a presença do papa João Paulo II, com o tema “A evangelização no presente e no futuro da América Latina”. Inicialmente na organização da Conferência, fez-se um levantamento das problemáticas latino-americanas por meio do documento de consulta (DC), encabeçado principalmente pelo bispo Alfonso Lopez Trujillo⁸, que, no entanto, foi alvo de contestação pela maioria dos bispos latino-americanos,

[...] Vimos que o documento de consulta é um texto doutrinal-dogmático, desligado da *práxis* histórica. Nenhuma palavra sobre a situação da classe operária. Um tratamento superficial das comunidades eclesiais de base. Há uma certa abertura para uma análise científica da realidade histórica da América Latina, mas com uma implícita condenação do processo revolucionário refletido pela teologia latino-americana de libertação.(ANDRADE FILHO, 1982, p. 66).

⁸ Nasceu em 8 de novembro de 1935, Villahermosa, diocese de Ibagué, Colômbia. Ordenado em 13 de novembro de 1960. Continuou seus estudos na Europa, de 1960 a 1962. Foi promovido a Arcebispo e nomeado ajudante, com direito à sucessão, de Medellín, em 22 de maio de 1978. Para maiores informações ver site <<http://www.acidigital.com/Cardeais/lopeztrujillo.htm>>

Logo após essa primeira reprovação acerca do documento de consulta, novos bispos foram nomeados para a elaboração de um documento que direcionou a III Conferência de Puebla, encabeçada por Dom Aloísio Lorscheider,⁹ um dos presidentes da comissão redatora do documento de trabalho que assim o caracterizou,

[...] O documento de trabalho (DT) foi previsto como um instrumento de ajuda à criatividade dos participantes da III Conferência Geral. Não quis o DT ser uma espécie de documento-base que os bispos discutissem propondo emendas. O DT só quis sintetizar principalmente o que os episcopados haviam trazido [...] O DT era um esforço mais para ilustrar o que estava acontecendo na vida da Igreja de nossos povos; quais seus problemas; suas expectativas, seus anseios; quais as possíveis opções e linhas de ação pastoral para a evangelização no presente e no futuro da América Latina. (PUEBLA apud ANDRADE FILHO, 1982, p. 66-67).

O documento foi enriquecido pelas novas perspectivas e contribuições das Igrejas de todo continente e finalmente aprovado, foi diferente do DC que se distanciou das situações reais e concretas da realidade do povo latino-americano, não foi simples teorização, mas se deu numa praticidade buscada na história latino-americana.

Dentro desse novo documento, uma das críticas é direcionada ao liberalismo capitalista que aumenta as desigualdades entre os ricos e os pobres e em conseqüência acabou resultando também em custos sociais para as classes mais desfavorecidas, ressaltou a despreocupação dos poderes governamentais com o bem comum devido a sua associação com outros grupos de poder, analisou Andrade Filho (1982). Nesse sentido, ocorreu uma desaprovação do conjunto político latino que fomentou as diferenças interclasses e no contexto mais global assumiu o homem como um instrumento que visava o fim último de aumento da riqueza no interior de uma “ditadura do imperialismo internacional do dinheiro”.

Francisco A. Andrade Filho, ao analisar o Documento de Trabalho, percebeu por parte da Igreja, seu reconhecimento pelo aspecto científico da análise

⁹ Dom Aloísio Lorscheider nasceu na Fazenda Timbaúba, município de Pombal, hoje Condado, Paraíba, no dia 28 de julho de 1905. Fez seus primeiros estudos na cidade de Serra Negra, Rio Grande do Norte. Entrou para o Seminário de João Pessoa no dia 04 de março de 1918, terminando ali os cursos de Humanidades e Filosofia em 1924, tendo seguido para Roma, onde fez os primeiros anos de teologia. No fim de 1972, no decurso da XIV Assembleia do CELAM, foi eleito vice-presidente deste organismo, sucedendo pouco depois a Dom Eduardo Pironio, na presidência do órgão. Ver site <http://www.arquiocesedefortaleza.org.br/ig_hist2.asp?pg=3.>

marxista como modelo validado para o estudo da realidade social, onde cita parte do documento para comprovar sua afirmação,

[...] A análise marxista, em seu nível científico, é um instrumento válido para o estudo da realidade social, para a interpretação da história e sua conseqüente transformação pela dialética da revolução. O cristão, portanto, segundo a opinião de alguns, pode usar globalmente a análise marxista, sem comprometer sua fé, na medida em que essa fé encontra em suas categorias e postulados um incentivo e uma via eficaz de ação que a doutrina social não oferece. (PUEBLA apud ANDRADE FILHO, 1982, p. 71).

Contudo, pontos negativos também foram ressaltados no documento quando expõe que as soluções para a contradição na sociedade capitalista seria a abundância material. A análise pressupôs que mesmo com o acesso das “forças materiais de produção” a idolatria do enriquecimento coletivo seguiria a mesma lógica do capitalismo liberal e não superaria ou romperia com o círculo de violência e ódio constantes dentro desses modelos político-econômicos.

Outras críticas são direcionadas ao modelo marxista como forma de apontar suas falhas mediante sua aceitação parcial ao modelo cristão da questão social, mas que não serão aprofundadas aqui. Interessante é partirmos para um outro foco, em que o DT criticou a ideologia da segurança nacional, na qual o autor destacou que essa idéia apareceu “como uma necessidade para fazer calar o clamor dos oprimidos e favorecer os grupos que detêm a concentração da riqueza”. ANDRADE FILHO (1982, p.75).

Essa ideologia tem sua função principal na luta contra o modelo econômico e político comunista, que tinha como pretensão a instauração da ditadura do proletariado. A segurança para manter a política da propriedade privada, dos interesses privados, era a política global de cada uma das partes dos dois países que travaram lutas pela hegemonia no mundo moderno: EUA x URSS. Nesse contexto, a posição de parte da igreja em alguns pontos do documento deixou transparecer sua visão equivocada acerca da ideologia da segurança nacional,

[...] Podem surgir circunstâncias ocasionais na vida de uma nação que desorganizem ou cheguem a paralisar o funcionamento normal das instituições sociais e dos órgãos do Estado. As diversas comunidades ou grupos representativos da sociedade podem chegar a um estado de desentendimento ou de segregação que impossibilite a convergência dos esforços comuns para o benefício da nação. Nesses momentos, às forças armadas corresponde, legitimamente,

intervir para restabelecer a ordem e permitir o funcionamento normal das instituições nacionais. (PUEBLA apud ANDRADE FILHO, 1982, p. 78).

Alguns bispos colocam como indispensável a segurança para o bem comum, na garantia da soberania nacional, a tranquilidade pública e o gozo dos direitos essenciais das pessoas e instituições, assim percebemos as opiniões divergentes acerca das ideologias e seus equívocos no interior do DT na apuração dos problemas da América Latina e na luta por sua libertação na relação com a fé cristã, como vemos na percepção de Andrade Filho (1982, p. 82),

[...] A temática de libertação no documento de trabalho não aparece com aquela riqueza da teologia latino-americana de libertação. O conceito de libertação não exprime as aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos. Não sublinha o aspecto conflituoso do processo econômico, social e político que os opôs às classes opressoras. Aqui, a libertação não aparece como exigência do desdobramento de todas dimensões do homem.

Nós podemos constatar na III Conferência em Puebla (1979) que houve alguns pontos de conflito relacionados a temas importantes que precisavam ser discutidos, como foi o caso da proximidade da Igreja Católica com os métodos científicos marxistas que como fora dito acima, foi visto como válido para o estudo da realidade social em que se achava os povos da América Latina, mas que isso necessariamente não implicava na perda da fé do cristão, mas que foi uma ferramenta importante e eficaz, mais do que a doutrina social podia oferecer, as críticas não foram poupadas quando se tratava de conceber a ideologia marxista como um todo, houve o entendimento por parte dos bispos conferencistas que o enriquecimento da coletividade não teria um “desfecho” satisfatório, pois os problemas permaneceriam como em qualquer outro modelo político-econômico.

Outro ponto importante discutido na Conferência foi a questão da segurança nacional, e como fora enfatizado acima, houve aqueles que apoiassem essa ideologia, talvez de forma equivocada, por se tratar da manutenção da estrutura capitalista da propriedade privada. No entanto, para Andrade Filho, a III Conferência de Puebla não exprimiu os anseios da maioria dos povos latino-americanos, ou seja, a libertação do homem na sua dimensão mais ampla.

4 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

No capítulo anterior, pôde-se perceber o Concílio Vaticano II como uma esperança de mudança de direção e abertura da Igreja Católica na sua relação com os povos cristãos e não cristãos, na sua forma de avaliar a realidade e perceber a situação principalmente econômica dos povos pobres de todas as nações. No fechamento das reuniões do Concílio, muitas ações novas foram colocadas em prática e outras que, mesmo antes ou durante a elaboração das encíclicas, já estavam em processo de funcionamento e produzindo resultados.

Entre essas ações a Teologia da Libertação tem importante destaque, pois se caracteriza como sendo ao mesmo tempo o reflexo de uma *práxis* anterior e uma reflexão sobre ela. Mais precisamente, é a expressão/legitimação de um vasto movimento social, que surgiu no início dos anos de 1960 – bem antes das novas obras de teologia, segundo Leonardo Boff (1986).

Deste movimento fazem parte amplos setores internos e externos da Igreja Católica, como padres, ordens religiosas, bispos, movimentos religiosos laicos (jovens trabalhadores cristãos, Juventude Universitária Cristã, Ação Católica), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A Teologia da Libertação (TdL) surgiu num contexto em que parte da Igreja Católica latina passou a observar ao seu redor o estado deplorável em que se encontravam seus “filhos”, uma realidade de pobreza extrema, agravada pela opressão das ditaduras militares latino-americanas. Na concepção teológica, e reflexão à luz da palavra de Deus, tais condições não podiam ser permitidas no cotidiano do povo, que sofria constantemente com uma estrutura econômica que não integrava, mas que os explorava e os espoliava, somados aos abusos do poder político.

A proposta teológica da libertação indicava que era necessária a libertação em todos os âmbitos, social, política e econômica, para que o ser humano e não só o cristão católico pudesse desfrutar de uma libertação integral. Para isso, havia a necessidade de que se reconhecesse a própria realidade na qual estava inserido, a mobilização consciente era fator de suma importância para que pudesse conquistar a sua liberdade e transformar o meio no qual estava condicionado.

Eram situações que exigiram da Igreja Católica uma posição consistente e concreta, para isso entendeu que somente a sua experiência cristã em paralelo a outras teorias científicas não conseguiriam, naquele momento, explicitar a conjuntura social, econômica e política, e que não seriam suficientes para captar de modo profundo as condições reais que de fato deveria enfrentar, desta forma a adesão a uma teoria científica explicativa que desse conta do amplo contexto latino-americano foi buscada para atender a essa nova demanda por parte da Instituição Católica. As ciências sociais baseada na matriz marxista contribuiu bastante para isso, como vemos na análise de Luís Eduardo Wanderley (2007, p. 80):

[...] No campo das contribuições das ciências sociais, as bases foram as noções de desenvolvimento e de dependência – forjada como uma elaboração latino-americana, com fundamentos na matriz marxista e como contraponto ao tema do imperialismo, da qual participaram alguns cientistas sociais brasileiros, com a intenção explícita de superar imposições teóricas externas de pensadores e partidos políticos, e de avançar no conhecimento de certos fatos que as teorias em uso naqueles tempos, como vinham sendo propostas, não alcançavam.

Podemos observar e inferir que a noção empregada para entender o contexto da situação latino-americana extrapolou as barreiras nacionais, por entender que o conjunto dos países latinos estavam na dependência mediante as políticas externas imperialistas, permitindo, nesse sentido, um novo enfoque como enfatiza Luís Eduardo Wanderley (2007, p. 80): “[...] Nos anos 60, irrompe um novo ponto de vista, o subdesenvolvimento como subproduto histórico do desenvolvimento de outros países, as relações centro e periferia, os países latino-americanos visto como originários e constitutivamente dependentes.”

Assim, o desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos ficou comprometido dentro de um sistema político capitalista excludente, no qual se percebe uma espécie de neocolonialismo, em que os países, diante das políticas liberalizantes de abertura de mercado exportador e importador, acabam por se posicionar num cenário economicamente desvantajoso de competição no mercado internacional, estando sempre num desnível em relação às potências mundiais.

Diante dessa opressão, a análise pensada por um dos teólogos bem conhecidos dentro da Igreja, Leonardo Boff (1986), é bastante expressiva. Ele fala

sobre a apreensão de três níveis de consciência da realidade e as três formas de ação correspondentes:

- O Empirismo: fatos – consciência ingênua – assistencialismo;
- O Funcionalismo: conjuntura – consciência crítica – reformismo;
- O Estruturalismo dialético: estrutura – consciência crítica radical – libertação.

Boff (1986) explica, dizendo que no estruturalismo se trata de uma análise assentada na consideração da estrutura que subjaz às conjunturas e aos fatos concretos e de que estes só são adequadamente compreendidos se apreendidos à estrutura capitalista de nossa sociedade.

Ele se refere ao estruturalismo dialético afirmando que entre aqueles que detêm o capital e os demais possuidores da força de trabalho vigora uma interação difícil e conflitiva porque os interesses não são convergentes, e completa quando fala que no jogo destas forças se entende a constituição, evolução e manutenção deste tipo de sociedade que é a nossa. Em relação à crítica radical, nos diz que é a consciência que capta estas articulações, e que assim é, pois vai à raiz da questão, reforçando que a crítica radical não é a reforma do sistema.

Com estes níveis de consciência da realidade, pretendia-se verificar os “mecanismos permanentes, produtores de pobreza e marginalização” (WANDERLEY, 2007). Quando pensamos nessa perspectiva entendemos um pouco mais do “renovado papel” e do exercício da Instituição Católica com a Teologia da Libertação no meio da sociedade brasileira, na busca das causas do problema real, e a procura pela solução mais eficaz para o compromisso de um verdadeiro projeto de libertação,

[...] Na TdL, a opção está em ver a realidade a partir dos pobres, interpretá-la no interesse dos pobres e agir junto com eles. É uma decisão política, ética e evangélica. Com base nessa opção pelos pobres, utilizam-se as três mediações mencionadas. Fazer a análise social em função da libertação dos oprimidos também requer uma escolha. (WANDERLEY, 2007, p. 85)

Quando se falava de soluções eficazes por parte da Igreja Católica, excede-se o campo teórico e do discurso. Deve-se pensar na *práxis* do cotidiano

vivido, ou seja, os problemas trazidos à tona e discutidos no meio da comunidade, desde os problemas mais básicos como a arrecadação de produtos alimentícios para famílias carentes até o fomento de cristãos para partidos políticos e movimentos que lutaram por direitos de moradia, pela terra, dessa forma prática de atuação é que podemos conhecer as Comunidades Eclesiais de Base.

4.1 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Uma das formas de organização encontradas dentro da TdL são as Comunidades Eclesiais de Base, que, nas palavras de Leonardo Boff (1986), pode ser compreendida e bem sintetizada como “povo oprimido que se organiza para a libertação” (tema do encontro intereclesial das CEBs em abril de 1981).

As CEBs espalharam-se por boa parte das periferias do território nacional como um movimento organizado para libertar os oprimidos social, econômico e politicamente, e amenizar a pobreza que atingiu toda América Latina. Para entendermos a caracterização do que vem a ser base, vamos ver como é definida por Clodovis Boff,

[...] Base é o povo (entendido sempre aqui em contraposição às classes privilegiadas). São os que se situam embaixo da pirâmide social e que a sustentam com seu trabalho. São os que estão excluídos do sistema (de suas vantagens), mas que estão ao mesmo tempo e dialeticamente integrados nele como força de produção atual ou potencial. (apud WANDERLEY, 2007, p. 48).

Em outras palavras, pode-se pensar as CEBs na sua forma mais prática,

[...] A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos que pertencem a um mesmo bairro popular, favela, vila ou zona rural, e que se reúnem regularmente para ler a Bíblia e discuti-la à luz da sua própria experiência de vida. As CEBs fazem parte de uma diocese e têm ligações mais ou menos regulares com os agentes pastorais: padres, religiosos e, sobretudo, religiosas. Pouco a pouco, os debates e as atividades da comunidade se ampliam, geralmente com a ajuda do clero progressista, e ela começa a assumir tarefas sociais: lutas por habitação, eletricidade e água dentro das favelas, luta pela terra no campo. Em alguns casos a experiência dessas lutas conduz

à politização e à adesão de inúmeros animadores ou membros das CEBs aos partidos de classes ou às frentes revolucionárias.(LOWY, 1991, p. 46).

Podemos inferir que as CEBs no Brasil começaram com objetivos simples, de reunir a comunidade para discutir o seu cotidiano e vivência pautada no livro sagrado, mas logo foram alcançando objetivos maiores, mais práticos e políticos. Neste contexto, o advento das CEBs uniu o povo, conscientizando-o da sua situação, mobilizando-o, dessa forma, para lutar contra as mazelas do sistema capitalista opressor, este, tido como a “raíz de todos os males”, segundo Wanderley (2007).

Portanto, a Instituição Católica motivada pela Teologia da Libertação e as CEBs promoveu importantes mudanças para alcançar, segundo alguns dos seus objetivos, a liberdade e a democracia. Para tanto, as pastorais funcionaram como gestos concretos desta ação, juntamente com os movimentos de base como a Ação Católica que contribuiu para importantes conquistas como a formação do partido político com ideologia socialista (Partido dos Trabalhadores - PT), segundo Lowy (1991).

Muitos outros fatores poderiam ser destacados e aprofundados na conjuntura dos acontecimentos políticos e sociais que demarcaram o cenário brasileiro, contudo, torna-se mais expressivo quando se olha para uma sociedade que toma consciência de si, de sua própria realidade e abraça as possibilidades para sua transformação, ainda que num cenário político desfavorável, como a organização de uma parte da sociedade brasileira que buscou sua liberdade, principalmente política, ante a Ditadura Militar opressora.

5 BRASIL PRÉ-1964

A década de 1950, no Brasil, foi de grandes conturbações políticas e graves enfrentamentos no governo. No caso do presidente Getúlio Vargas, responsável por um processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira, defendeu interesses nacionalistas, segundo ele, contra interesses do capital estrangeiro e o alinhamento de forças internas ditas “entreguistas” (simpatizantes do modelo liberal) que visavam a abertura do país ao capital externo, e nesse sentido, segundo Getúlio Vargas, “[...] os empresários brasileiros não tinham visão de longo prazo, não eram sensíveis aos interesses nacionais, visavam apenas ao lucro rápido e sem risco, e por isso o Estado teria de tomar a si a tarefa de desenvolver o país.” (apud D’ARAÚJO, 1997, p. 10).

É nessa queda de braço, na qual Getúlio Vargas travou com as forças políticas que não lhe eram favoráveis, somadas à pressão do empresariado e do apoio internacional americano, que sua derrota culminou com o suicídio em agosto de 1954. Em seguida, no ano de 1956, assumiu o governo, via eleições presidenciais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, como presidente, e João Goulart como vice-presidente, candidatos pela coligação PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático).

Convém ressaltar que esse momento foi marcado por movimentos conspiratórios da oposição, e por outro lado por planos do governo que procurava realizar reformas que alavancassem a economia brasileira, como, por exemplo, o plano de metas, que visava setores fundamentais: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

Foi neste período que JK conseguiu realizar grandes construções como as hidrelétricas de Furnas e Três-Marias, instalação de indústrias automobilísticas, abertura de rodovias, ampliação da produção de petróleo e a obra gigantesca, a criação de Brasília. Maria Victoria Benevides (1981) faz algumas considerações sobre o governo de JK no sentido de que esse governo se caracterizava politicamente por procurar uma conciliação entre o velho (se referindo ao clientelismo na administração formal brasileira) e o novo (novos órgãos criados que funcionavam como centros de assessoria e execução), dessa forma:

[...] O juscelinismo representava – ao lado de uma posição inovadora quanto à industrialização e o crescimento econômico- uma aliança política conservadora, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representados nos partidos PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). (BENEVIDES, 1981, p. 12).

Nesse contexto, há uma questão diante dos enormes gastos efetuados pelo governo: o Brasil possuía capital suficiente para investir em tantas obras desse porte? De fato, para todas essas obras faraônicas, o capital saía de algum lugar e não era dos cofres do governo brasileiro, mas de investimentos estrangeiros, o que acabou aprofundando o endividamento externo do Brasil, e apesar de ser um governo modernizante, também era por outro lado desnacionalizador, o que acabou por gerar inflação e insatisfações do lado dos trabalhadores que pediam aumentos salariais frente às perdas mensais.

No governo seguinte de Jânio Quadros de 1961, com promessas de varrer a corrupção e a sujeira da administração pública, obtém o apoio da direita representado na União Democrática Nacional (UDN) para que assumisse o governo, uma vez que apresentava idéias anticomunistas e queria o Brasil de portas abertas ao capital estrangeiro, porém, na prática acabou por agir de forma diferente.

A política internacional de Jânio Quadros assumiu uma posição econômica independente e aproximou-se da União Soviética e da China, criando assim certo desconforto e críticas violentas da UDN que rompeu com o seu governo, a gota d'água foi a condecoração, em agosto de 1961, feita a Che Guevara, que era o ministro de Cuba, com a Ordem do Cruzeiro do Sul (principal comenda brasileira), como escreve Thomas Skidmore (1988, p. 29) em sua obra,

[...] Sempre conhecido por suas excentricidades, começou, para surpresa geral, a flertar com a esquerda. Concedeu a Che Guevara a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira conferida a estrangeiros [...] As atenções de Jânio para com o governo de Cuba foram o bastante para fazer ferver a ira de Carlos Lacerda, ainda a voz mais poderosa e estridente da UDN, que dirigiu pesados insultos ao chefe do governo, também temível polemista.

Sem o apoio da UDN e da massa de trabalhadores que não estavam organizados, não conseguiu segurar-se no poder diante das intensas críticas da oposição, renunciando ao cargo de presidente em agosto de 1961. Contrariamente

ao que esperava, seu pedido foi aceito pelo Congresso Nacional, o governo mais breve já visto, com uma intenção desastrosa,

[...] esperava voltar “nos braços do povo”. Confiava demais na “ignorância das massas” e naquilo que Max Scheller chama “democracia das emoções”. Confiava no temor dos militares e da direita em geral com a “ameaça” da posse de João Goulart (pois era o herdeiro de Getúlio, de memória associada a temíveis pactos “comunistas” ou “sindicalistas” [...]). Confiava, também, no temor da esquerda com a possível instalação de uma junta militar no governo, se declarado acéfalo, pois o vice-presidente encontrava-se em missão oficial na China (BENEVIDES, 1981, p.76-77).

Por essa idéia podemos entender quais as intenções do governo de Jânio Quadros. No momento de renúncia parecia, em sua mente, uma questão de tempo para que o povo e as outras partes “temerosas” intercedessem por sua volta, numa espécie de “queremismo”, semelhante a Getúlio Vargas, o que lhe garantiria poderes sem restrições, mas a comoção popular não foi atingida.

E em 7 de setembro do mesmo ano de 1961, tomou posse o presidente João Goulart¹⁰ (1961-1964), deixando evidente em seu mandato sua linha de governo nacionalista que propôs uma estratégia socioeconômica bastante audaciosa chamada Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que visou melhorar a distribuição das riquezas nacionais, encampar refinarias particulares, reduzir a dívida externa deixada pelos governos anteriores e diminuir a inflação, mantendo o crescimento econômico sem explorar os trabalhadores.

Por conta dessas políticas nacionalistas radicais assumidas por Jango para acabar com a crise econômica, encontrou oposição formada pelos militares e grandes empresários que se uniram para tirá-lo do poder, uma vez que não conseguiu empréstimo internacional devido a não submissão por meio do Plano de Estabilidade que fora indicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco estrangeiro, voltou-se para a política interna, descrita anteriormente. Por essas atitudes, principalmente, foi acusado pelos seus inimigos políticos de subverter a ordem constitucional e polarizar a opinião pública, segundo Skidmore (1988).

¹⁰ No ano de 1961, Goulart assume a presidência com algumas restrições devido ao acordo feito com alguns receosos ministros militares “tendo à frente o ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, anunciaram que não lhe seria permitido assumir a presidência. Alegavam que, na condição de ministro do trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart havia entregue cargos-chave nos sindicatos a “agentes do comunismo internacional”. Para saber mais, consultar Thomas Skidmore (1988).

Nesse contexto, já estava em curso a Guerra Fria que, logo depois da Segunda Guerra (1939-1945), bipolarizou o mundo, em que as duas grandes potências buscavam expandir suas influências, e os países latinos precisavam decidir-se por um dos lados, e a maioria desses países, inclusive o Brasil, estavam estreitamente ligados economicamente aos EUA.

Juntamente a isto, soma-se o fato de a classe dominante brasileira organizar passeatas como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em que senhoras da elite católica contestavam veementemente as políticas do atual governo, ainda mais para intensificar o clima político de “desequilíbrio”, vejamos que,

[...] Se a argumentação que atesta a tentativa de golpe de Jânio tem sérios respaldos – inclusive pelas suas declarações posteriores – é preciso levar em conta, igualmente, o clima altamente “golpista”, alimentado por Lacerda e seguidores. Seria possível falar, talvez, de dois golpes em marcha; o de Jânio, pela volta ao governo com poderes especiais, e o de Lacerda, que certamente ainda acalentava o “estado de exceção” defendido abertamente desde os tempos de Getúlio Vargas. Seria um golpe da direita militar, a mesma que tentaria, em vão, impedir a investidura constitucional do vice Goulart.. Nesse sentido, o golpe gorado de 1961, para Lacerda ou para Jânio, fora um ensaio de 64 (BENEVIDES, 1981, p. 79).

Nesse cenário, o governo de João Goulart estava cercado de descontentamentos que surgiram de toda parte e de amplos setores, inclusive uma parte composta pelo corpo eclesial da Igreja Católica, como se percebe no depoimento de bispos que apoiaram a derrubada do presidente para a restauração da ordem que estava ameaçada, entre outros, pelas agitações políticas de enfrentamentos entre os partidos de esquerda e da direita, como segue,

[...] Dom Paulo Evaristo Arns não tinha nenhuma simpatia pela administração do então Presidente João Goulart (1961-1964), afirmando que ele se “mostrou uma pessoa muito bondosa, mas fraca para o governo” (Informação verbal)¹¹, neste sentido avaliou que no governo de Jango “parecia haver uma frouxidão”. Este posicionamento deixou implícita sua discordância com os movimentos que tentaram alterar os status quo e apoiavam as reformas de base, a última bandeira daquele governo. (LANZA, 2001, p. 9).

¹¹ Entrevista oral concedida por Dom Paulo Evaristo Arns para a tese de mestrado do professor Fábio Lanza, em São Paulo, dezembro de 1998.

Em outra entrevista com o arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, este “[...] consentia com uma ação militar contra João Goulart, pois no período pré-64, segundo ele, havia um contexto de desordem, em que os movimentos reivindicatórios cresciam frente a ausência do poder central.”(LANZA, 2001, p. 9).

Por essas declarações podemos perceber que a atmosfera política daquele momento não era favorável ao governo de Jango, que reuniu contra si amplas mobilizações devido às reformas que colocava em prática e a instabilidade gerada pelos setores descontentes com sua política de reforma das bases.¹²

A insegurança das agitações e as rebeliões ocorridas no interior das Forças Armadas, os militares superiores responsabilizando o governo pela indisciplina dentro dos quartéis, a generalização de certo medo de que os comunistas viessem a tomar o poder político no Brasil, e os clamores da sociedade pelo retorno à paz, já eram um “termômetro” de que a situação havia perdido o controle, fazendo com que o governo sofresse a derrubada dos militares em 1 de Abril de 1964. O Brasil chegou ao fim da era democrática, explica-nos Skidmore (1988).

Nesse momento, a situação parecia estar resolvida com os militares no poder, entretanto, a democracia foi suprimida junto com o restante dos direitos civis. Com o enrijecimento da violência praticada pelos militares, os apoiadores da “revolução militar” mudaram seus posicionamentos, em que parte da Igreja Católica acabou por se tornar o baluarte para a defesa dos perseguidos políticos, com destaque para as regiões de São Paulo, com o bispo Dom Paulo Evaristo Arns, em Olinda com Dom Hélder Câmara, para citar os mais conhecidos no cenário nacional.

5.1 BREVE CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1964-1985) NO BRASIL E PARANÁ

A Ditadura Militar (1964-1985) ainda se encontra latente em nossa memória, e indissociavelmente na memória individual daqueles que tiveram participação política direta neste período. Passados vinte e cinco anos do fim da era

¹² Reformas de base no governo de João Goulart (1961-1964) compreendiam um conjunto de medidas políticas que seriam implementadas para acabar a crise econômica no Brasil e incluir a reforma agrária, impostos, habitação e educação. Ver Thomas Skidmore (1988).

militar, as lembranças continuam a marcar e ficarão gravadas no interior de cada um desses indivíduos que pensaram na democratização do Brasil e no fim do autoritarismo.

O Brasil passou, a partir de 1964, por cinco governos militares: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1968-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1975-1978) e João Batista Figueiredo (1979-1985), a maioria desses governos foram marcados, entre outros, pelos Atos Institucionais (AI), que eram um conjunto de normas superiores, decretados pelo governo, que sobrepunha até mesmo à Constituição Federal.

O primeiro Ato Institucional foi decretado em abril de 1964, e deu poder ao governo militar para cassar mandatos dos parlamentares, suspendendo direitos políticos, modificando a Constituição e decretando o estado de sítio, que é a suspensão temporária de direitos e garantias do cidadão previstos na Constituição.

O segundo Ato Institucional foi criado depois da posse de Castelo Branco, conferindo então mais poderes ao governo militar para a cassação de mandatos e direitos políticos. Ainda nesse período, foram extintos todos os partidos políticos, e somente dois foram criados, um deles, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e o opositor que era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sobre esse período, Thomas Skidmore (1988, p. 101), fez suas considerações,

[...] O principal propósito do AI-2, com duração prevista até 15 de março de 1967 (fim do mandato de Castelo Branco), era tornar mais difícil qualquer vitória eleitoral da oposição. O presidente, vice-presidente e todos os governadores seriam a partir de agora eleitos indiretamente – o presidente e o vice-presidente pelo Congresso e os governadores pelas assembleias legislativas.

O terceiro Ato Institucional estabeleceu o fim das eleições diretas para prefeitos e governadores das capitais, isto significava que somente o presidente indicava os governadores que seriam aprovados pelas Assembleias Legislativas, e esses governadores, por sua vez, indicavam os prefeitos, isto porque

[...] O governo estava reconhecendo que não podia mais dar-se ao luxo de arriscar a eleições abertas e diretas em qualquer nível que interessasse. Outro dispositivo do AI-3 adiou o cronograma para a implementação do novo sistema partidário. A fim de neutralizar a linha dura, o Planalto tinha que mostrar resultados eleitorais o mais rapidamente possível. (SKIDMORE, 1988, p. 107).

O quarto Ato Institucional deu poderes ao governo militar para elaborar uma nova Constituição, e em 1967 uma nova Constituição foi preparada, a qual teve por finalidade o fortalecimento do governo e o enfraquecimento do legislativo e do judiciário.

No governo de Costa e Silva (1968-1969), manifestações públicas foram observadas, apesar da violência por parte do governo, estudantes saíram às ruas, operários organizaram greves contra os baixíssimos salários, políticos faziam discursos contra as ações impositivas governamentais e padres progressistas pregavam contra a fome do povo e a tortura contra presos políticos.

No contexto de pressão por parte da população pelo fim da ditadura e a volta da democracia, o governo militar reagiu com a criação do quinto decreto do Ato Institucional que o dava poderes para perseguir e reprimir as oposições, isto é, Costa e Silva poderia fechar o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadão por dez anos; cassar mandatos parlamentares e suspender a garantia do *habeas corpus*, que é o instituto jurídico que resguarda a liberdade de locomoção de um cidadão,

[...] o presidente promulgou o Ato Institucional nº 5 e o Ato Suplementar nº 38, este último pondo o Congresso em recesso indefinidamente [...] a censura atingiu a imprensa, não poupando nem mesmo os jornalistas de mais prestígio. Carlos Castelo Branco, o mais conhecido colunista político do Brasil, foi preso, juntamente com o diretor do seu jornal, Jornal do Brasil [...] Carlos Lacerda, um dos principais defensores da Revolução de 1964, foi finalmente privado de seus direitos políticos. Muitas assembléias estaduais, inclusive as de São Paulo e Rio de Janeiro, foram fechadas. (SKIDMORE, 1988, p.166-7).

No governo de Médici (1969-1974), com a suspensão de todos os direitos do cidadão, houve intensa repressão contra parte da sociedade, principalmente aos que se opunham diretamente à forma de governo vigente, foi um período em que o recrudescimento da violência mostrou sua face mais cruel perante o uso do aparelho do Estado, mediante a união das polícias num departamento de investigação que ficou conhecido como DOI-CODI (Departamento de Ordem Interna/Centro de Operações para Defesa Interna), o qual tinha por função investigar os envolvidos em atos de subversão que colocasse em risco a estabilidade do governo militar e a segurança nacional.

Neste período, os meios de comunicação como livros, discos, peças de teatro e jornais eram censurados conforme o seu teor ideológico e crítico, que é claro não estava limitado somente ao militante político, contra os sistema militar repressor e os valores tradicionais e costumes. A isto, soma-se ainda os perseguidos líderes de grupos guerrilheiros que se lançaram à luta armada e foram mortos, como o ex-deputado comunista Carlos Marighela, o ex-capitão Carlos Lamarca e Osvaldo Orlando da Costa.

Importante é novamente destacar, agora na visão de Thomas Skidmore, que nesta dura época da Ditadura Militar houve intensa movimentação da Igreja Católica contra um sistema armado de segurança que reprimiu todo o suspeito que se colocava contra a ideologia da segurança nacional, defendendo os clérigos, religiosos e laicos por várias regiões do país contra as desigualdades gritantes advindas do capitalismo no Brasil, como se percebe abaixo,

[...] As lutas decorreram sempre dos esforços que a Igreja fazia para defender os membros do clero ou do laicato desavindos com as forças de segurança [...] outros (leigos e religiosos) não cederam. Viram que o aprofundamento da repressão política e o aumento da desigualdade econômica confirmavam o diagnóstico da esquerda radical sobre o capitalismo brasileiro. O clero – em geral missionários e em boa parte estrangeiros – quase sempre tomava o partido dos posseiros e dos pequenos agricultores que vinham sendo pressionados, muitas vezes com violência. Tanto as autoridades federais quanto as locais – quando presentes – quase invariavelmente apoiavam os graúdos interessados em grandes projetos. O clero, que nunca fizera política, ficara cada vez mais indignado e convencia os bispos de sua região de que estavam sendo praticadas graves injustiças sociais. Os bispos por sua vez, elevavam a voz em tom radical, influenciando o clero de outros pontos do país. Radicalização paralela ocorria entre o clero do nordeste, onde a injustiça social vinha de uma estrutura econômica velha de século e que perpetuara as mais brutais desigualdades sócio-econômicas do Brasil. Os bispos do Nordeste, como os da Amazônia, denunciaram a totalidade do sistema econômico como injusto. Outro importante centro de oposição radical ao governo ficava em São Paulo, onde o bispo recém nomeado (1970), Dom Paulo Evaristo Arns, estava denunciando a repressão que atingira ativistas da igreja, organizadores sindicais, estudantes e jornalistas com violência maior do que em qualquer outro lugar. (SKIDMORE, 1988, p. 270-271).

Alguns anos depois desses fatos, no governo Geisel (1974-1978), iniciou-se o processo de abertura democrática gradual, lenta e segura, que começou com a diminuição da severa censura sobre os meios de comunicação, em seguida

garantindo a realização, em 1974, de eleições livres para senadores, deputados e vereadores. Foi nesse momento que o MDB (partido de oposição) garantiu uma significativa vitória sobre a Arena. Mas, mesmo assim, continuaram as perseguições e as violências cometidas contra parte da sociedade, duas ações que ficaram marcadas no cenário brasileiro foram a morte do jornalista Wladimir Herzog (1975), nas dependências do II Exército, e do operário Manuel Filho (1976), que teve como consequência o afastamento do general comandante Ednardo D'Ávila Mello desse II Exército.

No entanto, o avanço da oposição preocupou o governo militar que tomou algumas medidas para conter a aceleração do processo de abertura, entre elas, determinou que um terço dos senadores seria escolhido diretamente pelo governo. Criou-se, então, os “senadores biônicos”, ou seja, senadores não eleitos pelo voto do povo e que estavam sempre favoráveis às propostas do governo.

No fim do governo Geisel, como promoção da abertura política, extinguiu em 1978 o Ato Institucional número 5 e os outros Atos que marcaram um período extremamente violento dos governos militares e que, naquele momento, achavam-se contrários às medidas que vinham sendo tomadas pelo seu governo, de entregar na mão dos civis o destino do país.

O governo de Figueiredo (1979-1985) foi marcado pelas insatisfações de boa parte da população brasileira, iniciando-se então a abertura democrática. Nesse momento, houve um fortalecimento dos sindicatos que se lançaram às greves devido à diminuição dos salários dos operários, à anistia (perdão coletivo aos adversários políticos - 1979) para os exilados voluntários e não voluntários, seu retorno à pátria, juntamente com os direitos restabelecidos desses cidadãos, e ao fim do bipartidarismo que estava limitado somente a Arena e ao MDB, surgem entre outros, o PDS, o PMDB, PT e PTB.

A situação econômica é de crise devido à alta inflação no final de 1984, fazendo com que o desemprego crescesse a níveis preocupantes, isto causa insatisfação geral culminando na escolha de candidatos da oposição nos principais estados brasileiros. Novos governadores assumem os Estados, sendo diretamente eleitos pelo voto popular, passando a exigir eleições diretas para a presidência da República, com esse crescimento das forças políticas oposicionistas.

Cada Estado possui suas particularidades mediante o contexto da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, em alguns momentos, algumas das regiões

deste país, em maior ou em menor grau, foram palcos de intensas perseguições e acontecimentos que ficaram gravados na memória de muitos cidadãos que sofreram com a violência institucionalizada desse Estado.

Não é objetivo principal desse trabalho traçar um panorama geral de todas as regiões do país, mas sim de limitar a uma região. Portanto, é importante ressaltar dentro do Estado paranaense algumas das peculiaridades deste período da Ditadura Militar (1964-1985), para então chegarmos a região propriamente dita.

No ano de 1994, tivemos no Brasil a criação de uma lei que beneficiou os perseguidos e exilados políticos, na qual o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei Federal 9140 de 04 de Dezembro de 1995, de sua autoria, decidiu indenizar os vitimados e suas famílias no reconhecimento do Estado pelos danos causados (de toda ordem) pelos agentes públicos estatais, e pelo reconhecimento como mortos dos desaparecidos desde 1961 a 1979, segundo nos relata Calciolari (2006).

Essa lei da União é seguida no ano de 1995 pela criação da lei 11255, no Estado do Paraná, por iniciativa do deputado estadual Beto Richa, aprovada três anos depois com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pela Lei Federal e responsabilizar e reconhecer que o Estado do Paraná por meio de seus órgãos e agentes públicos detivessem e acusassem pessoas por envolvimento e participação em atividades políticas entre 1961 e 1979, e a partir daí efetuar o pagamento de indenizações. (CALCIOLARI, 2006, p. 96-97).

Essas leis serviram, *a posteori*, como se percebe acima, para reparar os danos causados pelo Estado Maior e pelos Estados regionais. Contudo, alguns não aceitaram a indenização por entenderem que o que passaram nas mãos do Estado não teria valor em espécie, que pudesse ser pago diante da humilhação e do sofrimento impingidos, e dos atentados cometidos contra seus direitos e suas vidas. No entanto, Calciolari nos trás, por meio de sua pesquisa, alguns números importantes que representam esse reconhecimento, que pode ser considerado mais simbólico do que valorativo, vejamos:

[...] O Estado do Paraná pagou em 1998 valores entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil para 230 requerentes dos 245 pedidos, sendo que 15 foram indeferidos pela Comissão Especial, totalizando 5,94 milhões pagos em indenizações.(CALCIOLARI, 2006, p. 5-6).

Essas medidas tomadas por meio de leis reparatórias espalharam-se por vários outros Estados do país como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros, repercutindo até internacionalmente, como segue no discurso de Silvia Calciolari (2006, p. 118), “[...] A idéia dos Estados nacionais reconhecerem a sua responsabilidade nas ações praticadas em ditaduras na América Latina foi considerada pela Anistia Internacional um avanço sem precedentes para a história da democracia no continente sul-americano.”

Enfim, para todos esses fatos ocorridos a partir de 1994, com a lei federal de indenização, tiveram alguns pontos no passado que foram os geradores disso tudo, que, segundo as pesquisas e cruzamento de dados realizados por Calciolari, pôde-se identificar três períodos importantes nos quais houve o agravamento e recrudescimento da violência por parte do Estado do Paraná para com os envolvidos em “política subversiva”,

Assim, nosso tempo de memória está localizado em 1964, quando foram mais de 300 prisões em todas as regiões do Estado, conforme dados contidos em matéria da Revista Panorama de maio de 1964. Destes, 48 ex-presos políticos protocolaram seus dossiês. Em 1970, no auge da repressão no país pós-Ato Institucional nº 5, temos um volume expressivo de prisões. Já em 1975, o elevado número de prisões é justificado pela realização das operações Marumbi e Barriga Verde [...] Segundo o jornalista paranaense Milton Ivan Heller, não há um levantamento preciso sobre o número de prisões efetuadas pela operação Marumbi. Heller cita um levantamento do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos que registrou entre 1964 e 1969 a ocorrência de 2726 prisões no Paraná, sendo que somente a partir de 1975 houve mais 975 detenções. (HELLER apud CALCIOLARI, 2006, p. 45-47)

A operação Marumbi foi uma das ações repressivas mais violentas já praticadas pelo Estado do Paraná, num momento em que o país seguia um caminho inverso no contexto de início de abertura política, logo após o acontecimento da morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho.

Vê-se ainda neste levantamento que alguns presos políticos tiveram vigilância constante, sendo detidos por mais de uma vez, isto fica mais evidente no momento em que no processo de abertura de alguns dos arquivos para complementar os documentos das indenizações das vítimas no Paraná, havia registros feitos pelos agentes públicos, iniciados por volta da década de 1960,

encerrando-se somente no ano de 1986. E para onde iam esses presos políticos? Havia muitos lugares espalhados por todo Paraná, com uma concentração na capital Curitiba, como identifica Calciolari (2006, p.168-176),

[...] O destino desses prisioneiros eram os prédios públicos espalhados pelo Estado. Para os que eram presos em Curitiba, a Prisão Provisória de Curitiba (Ahu), era o principal local. Outras alternativas eram o Quartel General da Polícia Militar na praça Rui Barbosa, o Dops na rua João Negrão, o Hospital Militar no alto da rua Vicente Machado, a antiga sede da Polícia Federal na rua Carlos Cavalcanti e o Comando da 5ª Região Militar, antigo CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) na Praça Osvaldo Cruz, onde atualmente é o Shopping Curitiba. Outro endereço era o Presídio Feminino Piraquara, na região metropolitana de Curitiba [...] temos os locais onde ficavam os prisioneiros distribuídos pela sede das micro-regiões: Foz do Iguaçu (Batalhão de Fronteira de Foz), Apucarana (30º Batalhão de Infantaria Motorizada) e Ponta Grossa (13º Movimento de Infantaria). Nas cidades onde não havia um regimento do exército, as delegacias e cadeias municipais serviram de alternativa, até que os presos fossem liberados ou transferidos para Curitiba.

Esses “lugares de memória”, para alguns grupos de pessoas tem sentido mais profundo, isto é, aquelas que estiveram presas e em contato direto com esses locais públicos naquele período.

6 MEMÓRIA E HISTÓRIA

A nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional a forma mais completa de uma memória coletiva. (POLLAK, 1989, p. 1).

Quando os historiadores, por meio de seus métodos, trazem à tona a história de um povo, de uma nação, temos que compreender que existe quase sempre um embate entre o que deve ser lembrado e trazido para “superfície” da história nacional e o que deve ser evidentemente esquecido e silenciado.

Dessa maneira, podemos pensar sempre numa tensão entre o que Michael Pollak vai chamar de “Memória Oficial” em oposição às “Memórias Subterrâneas”, esta última é privilegiada nos estudos da História Oral, como colocou Pollak (1989, p.4),

[...] Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade [...]. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa.

Pode-se inferir, no entanto, essa tentativa frustrada de operar um esquecimento da memória dessa minoria que não se concretizou em êxito, no máximo, a tentativa de silenciamento que não foi suficiente para conter completamente o avanço dessa memória que hora ou outra aparece para contrapor e confrontar a suposta estabilidade da memória dita oficial.

Em outras palavras essa dinâmica na pesquisa, a partir da História Oral, permitiu entrever essa batalha que ocorria silenciosamente entre a memória oficial e a memória que vivia à margem da história da nação e também as memórias dos grupos menores, que por esse processo de análise no qual se debruça a História Oral ocasionou seu privilegiamento.

Nesse sentido, podemos trazer a essa discussão os vários e crescentes depoimentos de vítimas da Ditadura Militar (1964-1985) acumulados nos documentos de trabalhos acadêmicos, mesmo nas biografias e autobiografias daqueles que sofreram diretamente com a tortura pelos agentes públicos do Estado, documentos esses extraídos dos próprios órgãos de investigação e tornado explícito para toda sociedade.

Desse modo, esses documentos tornaram-se memórias subterrâneas num período em que a memória oficial dominante era a dos militares, prevalecendo com força e rigor e silenciando a memória “marginal” de um grupo minoritário, acudados pela repressão e que nem sequer podiam expor sua condição de perseguido.

Todo esse acúmulo de memórias emergido do silêncio que se encontravam ao longo desses anos e tornadas fontes de pesquisa pela História Oral, poderá compor material suficiente para orientar as gerações futuras a respeito de um período determinado da História do Brasil, também como forte contraponto a quaisquer levantamentos positivos que possa haver sobre esse respectivo período.

Mas, nesse sentido, ao pensarmos na discussão que Pierre Nora (1993, p.9) faz acerca da relação entre História e memória, percebemos uma certa precariedade no processo de investigação, como ele diz,

[...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Cabe inferir que quando as “memórias vivas” se forem, isto é, aqueles que foram testemunhas oculares do período da Ditadura Militar (1964-1985),

e participantes ativos durante todo o processo, desde a tomada do poder democrático até o seu restabelecimento por mais de duas décadas, morrerem, tais memórias poderão sobreviver em algumas famílias, perpetuadas pela narração do pai para o filho, depois para o neto, para o bisneto, e talvez para futuros cidadãos.

Porém, chegará um momento em que, pela fragilidade natural da memória, pela sua individualidade e caráter não universal, poderá ser depreciada tão logo se conheça a sua procedência.

Nesse ponto, entretanto, Pierre Nora (1993) reforça esse caráter diferenciado da memória para com a história, defende que a memória se alimenta de lembranças, ainda que vagas e pouco apegada a detalhes, enquanto a história se ocupa intelectualmente das análises críticas do discurso do sujeito, do qual advém sua vocação para o universal.

No entanto, é perceptível que existam conflitos entre os historiadores da memória, cada qual seguindo uma teoria, na qual reconhecemos as discordâncias que suas obras apresentam, porém, as aproximações, quando possíveis, serão buscadas.

Portanto, a análise dos depoimentos se pautará naquilo que vai em direção de uma afinidade entre a memória e a história, respeitando os limites e as condições atuais da realidade de cada depoente, mas ao mesmo tempo procurar-se-á manter uma constância na vigilância epistemológica ao analisar os discursos captados. Para tanto, um dos estudos a ser seguido na condução do presente trabalho de monografia é o de Helenice R. da Silva, baseado em Ricoeur:

[...] Na relação da memória à história, Ricoeur detecta a verdade como sendo o elemento comum entre ambas. Segundo esse autor, a busca do passado (característica da anamnese aristotélica), visando à exatidão, à fidelidade, à verdade, tende a invalidar a idéia, falsamente admitida na tradição filosófica, da equivalência da memória à imaginação. Se esta última se identificasse com o irreal e a ficção, a memória, apesar de sua fragilidade e de seus enganos, visa, ao contrário, à fidelidade e à verdade. A história reencontra, então, a memória nessa sua ambição da verdade [...]. No entanto, em razão mesmo de sua função crítica, cabe à história remediar e corrigir, ao mesmo tempo, as fragilidades e os abusos da memória. (SILVA, 2002, p. 431).

Assim, os meios e as ferramentas pelos quais esse projeto buscará o entendimento do que representou a Teologia da Libertação e as Comunidades

Eclesiais de Base (CEBs) na região de Londrina durante a Ditadura Militar (1964-1985), estão expostos, e por meio deles tentar-se-á garantir o máximo de fidelidade possível mediante as entrevistas concedidas por esses sujeitos históricos que carregam consigo um pouco da memória da cidade de Londrina.

E como método de análise dos depoimentos desses sujeitos, o presente trabalho conta com as contribuições da análise do discurso (AD), nas reflexões realizadas por Ana Cleide Chiarotti Cesário e Ana Maria Chiarotti Almeida que se basearam, por sua vez, nas discussões dos fundamentos teórico-metodológicos de Michel Pêcheux, de linha francesa.

Nesta obra, as autoras advertem sobre as dificuldades que o pesquisador se defronta devido ao volume de material empírico que acaba acumulando, para isso fala do desafio de se passar da superfície linguística (material bruto coletado) para o *objeto discursivo*, assim nos dá algumas instruções acerca do método a se utilizar na análise,

[...] O modo como se constrói o “corpus” de análise é bastante pertinente ao processo de investigação da política, pois, invariavelmente, quando se faz história ou memória política, acaba levantando um volume de material empírico extenso e diverso. Partir de uma questão, como recomenda a AD, relacioná-la ao dispositivo teórico¹³ e à construção do dispositivo analítico¹⁴ são procedimentos que facilitam a escolha dos materiais discursivos no conjunto dos textos coletados [...] Um aspecto fascinante da AD é que à medida que a análise se instala, por meio da descrição e da interpretação, desencadeia-se um movimento de constante retorno à teoria, possibilitando, inclusive, quando necessária, uma revisão dos conceitos e do próprio “corpus” de análise. É desse modo que se percebe a indissociabilidade entre teoria e método na AD. (CESÁRIO; ALMEIDA, 2010, p. 5).

Após essa instrução acerca do método, elas nos fala que não se deve pensar na AD como um processo estabilizado, pois a consequência seria sua transformação numa máquina, e sugere então alguns procedimentos que são apresentados como caminhos seguros ao analista, como a formulação de questões, a construção de dispositivos analíticos referido aos dispositivos teóricos e a desuperficialização do texto que, pela sua discursividade, dá acesso ao discurso,

¹³ Dispositivo teórico - Se refere ao Materialismo Histórico, à Psicanálise e à Lingüística. (CESÁRIO; ALMEIDA, 2010, p. 5).

¹⁴ Dispositivo analítico – entende-se como flexível e, portanto, exige criatividade por parte do pesquisador em relação à sua construção, pois a questão formulada está relacionada ao objeto/tema.

que é objeto teoricamente construído, enquanto que o texto é de natureza empírica. (CESÁRIO; ALMEIDA, 2010). Outra discussão importante que elas destacam no texto é a relação do discurso com sua exterioridade, onde “[...] Para a AD a História não é mera exterioridade, mas envolve o discurso, e se manifesta no texto, impondo-se, desse modo, a compreensão das condições de produção do discurso – quem e como o produziu, de que lugar e para quem o produziu.” (CESÁRIO; ALMEIDA, 2010, p. 5).

Discutidos esses métodos, convém falar do processo de acolhimento dos depoimentos via entrevista oral pessoal, em que foi necessária a elaboração de um roteiro semiestruturado para levantar informações pertinentes e coerentes para melhor compreender os movimentos católicos, como as CEBs e possíveis relações com outros movimentos na região de Londrina durante o período da Ditadura Militar (1964-1985).

Este roteiro¹⁵ foi composto por um total de quinze questões, que foram divididas em duas partes, na qual a primeira se baseava na composição de perguntas de identificação do depoente, ou seja, dos dados pessoais, foram sete as questões para este fim, as quais procuravam saber nome, ano de nascimento, cidade de origem, quando veio para a região de Londrina, formação escolar/acadêmica, se esteve vinculado a outras denominações religiosas, se exerceu cargo ou função religioso. Esta primeira etapa foi também para captar o grau de comprometimento dos sujeitos para com a Igreja Católica, dentro dos movimentos apoiados pela Igreja, e os movimentos apoiados por essa Instituição.

A segunda parte do roteiro tem oito perguntas, as quais orientam a pesquisa, baseada nos objetivos colocados acima, de compreensão dos movimentos da Igreja na região de Londrina e sua relação com a Ditadura Militar (1964-1985). Ainda por meio do conteúdo das questões, saber o comportamento da Instituição londrinense com o governo militar, qual a posição adotada ante a Teologia da Libertação naquele momento, se houve perseguições às lideranças dos movimentos, pastorais, padres e leigos, se participou das Comunidades Eclesiais de Base, como se percebia o desenvolvimento delas naquele período e na atualidade, se havia contato com outros movimentos, e, por fim, a percepção do impacto das ações católicas no período militar na região de Londrina. Tais questões foram levantadas

¹⁵ Será disponibilizado como apêndice no final deste trabalho.

com base nos objetivos acima observados, procurando, desta forma, entender este processo com um pouco mais de objetividade científica.

Em relação à escolha dos sujeitos da pesquisa, pode-se colocar como uma amostra não aleatória intencional, isto é, foram indicados por outras pessoas que conheciam a história de vida desses sujeitos, levando em consideração que eles poderiam contribuir de forma relevante com seus depoimentos. Uma das indicações, por exemplo, foi feita pelo Monsenhor Bernardo Carmel Gafá da Arquidiocese de Londrina, que por ser clérigo tinha a responsabilidade de indicar um representante de confiança para falar da Igreja Católica na cidade de Londrina no período da Ditadura Militar (1964-1985).

A seleção dos sujeitos tinham alguns critérios, dentre eles, o de ser participante ou muito próximo, no período da ditadura, de algum grupo de base ligado à Igreja Católica, sem restrições partidárias, ponto de vista ideológico ou político, de classe, de gênero, econômico ou profissional, pois a relevância e importância desses sujeitos está na memória que possuem deste período e do contexto em que se era vinculado as comunidades eclesiais de base e a TdL em Londrina.

Para conhecer os entrevistados, falaremos um pouco de suas vidas e atividades exercidas dentro da Igreja Católica, e aí então poderemos ter um panorama das características individuais desses sujeitos envolvidos na Instituição Católica nesse período.

A primeira entrevistada foi Lenir Cândida de Assis,¹⁶ nascida em 1969, formou-se em Sociologia (Ciências Sociais) no ano de 1999 pela UEL. De família católica, logo após a primeira comunhão, aos dez anos, começou a trabalhar na Igreja, e quando tinha treze anos, o Pe. João Pires, por volta de 1981, a convidou para participar da comunidade, para ser catequista, começou a tomar contato com outros seminaristas, sentindo necessidade de ter uma formação. Conheceu outros seminaristas, outros padres, entre eles o padre João Pires, o padre Jorge Pereira de Melo. Lenir ficou na coordenação das CEBs de 1988 a 1994, assumindo novamente de 2000 a 2004, mas sempre presente na coordenação, no qual começou a fazer parte da coordenadoria deste grupo desde 1986.

¹⁶ Entrevista cedida por Lenir Cândida de Assis em setembro de 2009, para o Trabalho de Conclusão de Curso de Luiz Ernesto Guimarães (2010), Material disponível no CDPH.

O segundo entrevistado foi o Sr. João Acácio Lugle,¹⁷ nascido em 1933, na cidade de Ipaucú, São Paulo. Veio para Cambé em 19 de novembro de 1937. Sua escolaridade, a partir do quarto ano do primário, foi sempre católico, sem pertencer a nenhuma outra denominação anteriormente. Faz trinta e cinco anos que trabalha como sacristão na Matriz de Cambé, Paróquia Santo Antonio. Não participou do movimento das CEBs, e não se lembra se houve na cidade cambense, no período da Ditadura Militar (1964-1985), a implantação das Comunidades Eclesiais de Base.

O terceiro entrevistado foi o professor Joaquim Pacheco de Lima, atualmente diretor da UNINORTE em Londrina. Nasceu em 1960 na cidade de Jacaraci, Bahia, veio para o Paraná, primeiramente na cidade de Londrina, depois foi para Iporã próximo a Umuarama, onde ficou até 1975, retornando para Londrina. No ano de 1980 a 1983, desenvolveu um trabalho junto às Igrejas. Enquanto seminarista, fez filosofia e teologia no seminário arquidiocesano de Londrina. Além da formação em teologia e especialização em filosofia, concluiu o mestrado em Ciências Sociais. Sua atuação junto à Igreja Católica foi ecumênica, articulado com outras denominações religiosas.

Participou ativamente da arquidiocese de Londrina durante a década de 1970 e 1980 junto à Comissão Arquidiocesana de CEBs, colaborando na organização dessas. Na década de 1990, atuou como assessor estadual das CEBs do Paraná, e no período 1984 até 1994 também participou como assessor da CNBB junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O quarto entrevistado foi o Sr. Paulo Turci, nascido em uma pequena cidade no estado de São Paulo chamada Tabatinga, em 12 de setembro de 1935. Veio para o norte do Paraná no dia 28 de dezembro de 1941, residiu temporariamente em Cambé com o avô, na ocasião em que Cambé ainda era distrito de Londrina com o nome de Nova Dantzig. Morou no começo de 1943 na Vila Cazoni, próxima a catedral em março de 1943, onde ficaram até julho de 1945, quando mudou-se atrás do colégio Mãe de Deus.

Desde 1943, esteve vinculado a catedral, onde fez a primeira comunhão em 31 de outubro de 1943 permanecendo até 1963, quando casou-se, mudando para uma paróquia da Vila Brasil, mas sem perder o contato com a

¹⁷ Entrevista cedida por João Acácio Lugle em dezembro de 2009 na Paróquia Santo Antônio, centro de Cambé.

catedral. Dessa forma, esteve vinculado a catedral de Londrina desde 1942. No início de 1947 até 1962, fez parte da chamada Congregação Mariana da Imaculada Conceição São Luís Gonzaga, foi membro da Congregação Mariana e instrutor durante quinze anos, esta congregação envolvia os jovens de sexo masculino, foi membro da Federação das Congregações Marianas.

Formou-se advogado, fez parte da primeira turma de Direito da UEL (1958-1962), estudou no colégio estadual do Paraná que hoje é o Marcelino Champagnat, fez o curso de contabilidade da antiga escola contábil de Londrina. Foi professor em 1972, no mesmo local em que foi aluno de direito, e foi convocado para dar aula no curso de Ciências Contábeis.

No período de 1972 a 1978 foi vinculado a UEL, depois desligou-se e foi para Curitiba, onde foi secretário de gabinete do Banco do Brasil, após sua aposentadoria retornou para Londrina, tornando-se secretário geral do Wilson Moreira¹⁸ e também ministrando aulas para nível superior de auditoria durante mais de quinze anos no INSS.

Durante o Regime Militar, exerceu cargo de professor universitário, e foi fichado em 1973, no DOPS em São Paulo sem saber o motivo pois sua matéria era técnica e não era muito envolvido na área da política. Participou somente como secretário de centro acadêmico de direito; tinha uma linha ponderada, a linha de centro direita. Durante a Ditadura, nas atividades dentro da Igreja, nunca teve qualquer interferência dos militares.

A quinta entrevistada é Rosana Marques Franco, nascida em 1963, na cidade de Cambará no Paraná. Veio para Londrina em 1972, atualmente é professora de artes e aluna do curso de Ciências Sociais.

Entrou para o grupo de jovens durante a adolescência no período militar, onde esteve em contato com alguns padres que trabalharam na linha da Teologia da Libertação, onde participavam nas Comunidades Eclesiais de Base, entre eles, o padre Uril e o irmão Teófilo. Hoje não participa e nem possui cargo na Instituição Católica.

¹⁸ Wilson Rodrigues Moreira (1983 – 1988), natural de Uberaba, Minas Gerais, formado em Engenharia pela Escola Federal de Engenharia em Itajubá (MG), com fama de econômico, Moreira fez por desconhecer as obras faraônicas, preocupando-se mais com os projetos de alcance social nas áreas de saúde e educação. Foi o mentor da Via Leste (Av. Leste-Oeste) e da nova rodoviária, esta através de um sistema de condomínio, considerado inédito no país. Foi construído o Terminal Urbano de Transporte Coletivo e o Anfiteatro do Zerão, entre outros. Maiores informações ver site http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=142&Itemid=867.

Com o levantamento do perfil de cada entrevistado, o passo seguinte foi estruturar cada um dos seus depoimentos, para isso as categorias de análise foram importantes para organizar e apurar essas entrevistas com a finalidade de chegar a uma síntese mediante a quantidade de material acumulado, para então concluir baseado nesses dados.

Afora essas discussões empreendidas para nos auxiliar, teórico e metodologicamente, outras reflexões também são de grande importância para contribuir nessa direção para as análises dos depoimentos, No caso, por parte da área de comunicação social nos dá uma conceituação acerca do que vem a ser categorias de análise, que é uma das ferramentas utilizadas para se processar as entrevistas dos depoentes,

[...] Categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados. Em cada categoria, o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e a tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado (DUARTE; BARROS, 2005, p. 79).

As categorias de análise, como visto anteriormente, servem para organizar as informações constantes nos depoimentos, nesse trabalho são quatro as categorias especificamente elaboradas a partir dos objetivos propostos nesta investigação e no roteiro para as entrevistas orais, a seguir:

- Participação, percepção do desenvolvimento e contato com as CEB's dentro da Igreja Católica.
- Vínculo e atuação junto às CEBs e pastorais da Igreja Católica
- Percepção individual sobre o comportamento e posição adotada pela Igreja Católica ante a Ditadura Militar (1964-1985) e a Teologia da Libertação na região de Londrina.
- Conhecimento das perseguições de líderes católicos ou leigos durante a Ditadura Militar (1964-1985)

A indicação do método a ser utilizado nesse trabalho é de extrema importância, uma vez que expõe a linha de análise no qual se pautará a verificação dos discursos dos depoentes, em que se vê a apuração essencial das informações.

7 ANÁLISES DOS DEPOIMENTOS

É importante lembrar que cada um dos sujeitos entrevistados que compõem este trabalho, nasceram em tempos, contextos e espaços diferentes, e que vieram de uma formação familiar de condições sociais, econômicas, políticas dessemelhantes, e por isso, há a percepção do histórico de vida peculiar notadamente diferenciado de cada um desses sujeitos.

Estas observações são relevantes na medida em que aparecem suas concepções ideológicas diversificadas e múltiplas, mesmo diante das mesmas questões, influenciado ou não por esse histórico de vida pessoal. Esse processo, porém, é esperado.

A começar por esses pontos de vista, vejamos o entendimento de alguns dos entrevistados sobre a Teologia da Libertação e o relato de suas participações. Na visão de Lenir,

[...] comecei a participar da vida comunitária muito menina ainda e a minha participação se deu justamente no contato com pessoas que redescobriram um Deus através dos pobres. A minha inserção na vida comunitária foi justamente com pessoas que na época estudavam teologia da libertação, seminaristas e leigos que começavam a se despontar para este trabalho comunitário, sobretudo ligado à questão dos pobres [...] o Deus libertador é esse Deus que faz opção pelos pobres e pra mim isso foi um clique e que me levou a entender o que é a teologia da libertação, então a partir daí a gente começa a ver pela leitura bíblica que teologia é o Deus, e a fonte mais inesgotável sempre é a palavra de Deus, mas a perspectiva de uma leitura unida a partir dos pobres e excluídos¹⁹

Nós podemos perceber nesse trecho do depoimento que sua visão e definição sobre a Teologia da Libertação se baseou numa prática por contato com pessoas que estavam diretamente inseridas nas CEBs naquele período. Vejamos numa outra entrevista realizada com o prof. Joaquim Pacheco a sua forma de conceber a TdL e a metodologia empregada para atuar perante a realidade observada,

[...] projeto de ação que se é..trabalha com um um método que as CEBs...que a Teologia da Libertação desenvolvia que é [...] olhar a realidade, ver, julgar e agir, isto é, conhecer a realidade, fazer uma

¹⁹ Entrevista cedida em setembro de 2009, para Luiz Ernesto Guimarães (2010).

análise, fazer uma reflexão, buscar os seus fundamentos, utilizar dos fundamentos é... das Ciências Sociais, buscar algumas referências do marxismo para que possam então interpretar essa realidade, dar um grau de cientificidade a essa leitura de realidade, a partir daí passar para um segundo momento, que é o momento da interpretação desses dados que é apresentado pela realidade e [...] ao olhar essa realidade que ela nos apresenta, ela impulsiona em nós um olhar caótico, um olhar de indignação e aí então a palavra de Deus, a bíblia e a Igreja proporcionam então nas pessoas um critério, que eu chamo hermenêutico, de interpretação sobre essa realidade, e aí então os textos bíblicos e também os documentos da igreja, ele é corroborado para essa interpretação e aí então passa para a terceira fase, que ela conduz, induz a uma prática efetiva que é o agir de fé, a uma tomada de posição para então mudar essa realidade que num primeiro olhar ele parece lá com uma indignação e aí impulsiona as pessoas a elaborar um plano de ação a interferir com eficiência, a busca, ir às causas desses problemas apresentados, então a fé impulsiona a este agir, este agir que proporciona um trabalho em rede, um trabalho coletivo, um trabalho não personalizado, um trabalho enquanto uma ação, enquanto um serviço [...]. A teologia nada mais é do que um pensar da prática, um momento segundo, teologia é um pensar, é um pensar e um fazer, é um momento segundo de uma prática, só há Teologia da Libertação onde há uma prática efetiva, e nessa prática que seja uma prática de libertação. E é pensando essa prática de libertação, compreendendo ali essa presença de Deus impulsionando uma ação, aí sim o fruto dessa reflexão que é a Teologia da Libertação [...] (Joaquim, 2010)²⁰

Percebemos no discurso do prof. Joaquim P. de Lima a noção teórica e prática do método de atuação da TdL tanto nas diversas regiões brasileiras, como no caso da região de Londrina, e dentro dessa perspectiva a atuação das CEBs que deu “vida própria para a Teologia da Libertação”, segundo Lenir C. de Assis, que colocou o surgimento das CEBs na cidade de Londrina por volta do início da década de 1980, e a define como,

[...] pequenas comunidades que vão sendo formadas de uma forma descentralizada onde você não tem ali a presença do padre necessariamente no dia a dia, mas você tem as comunidades que se reúnem nos grupos, no campo, na cidade em todas as regiões, grupos pequenos que ali medita na palavra de Deus, mas sempre na relação com a vida do povo, então nós tivemos desde praticamente do começo das CEBs a gente começou a acompanhar as CEBs e aqui em Londrina isso começou também no início dos anos 80, formando estes pequenos grupos, e dando formação, formação através do CEBl, o que é o CEBl, são questões importantes para a teologia da libertação reafirmaram a sua espiritualidade em momentos de formação de estudo em torno dessa leitura da palavra de Deus (centro ecumênico de estudos bíblicos) estudo católico mas

²⁰ Entrevista cedida por Joaquim Pacheco de Lima em julho de 2010, na UNINORTE.

ecumênico e por ser ecumênico ele trabalha especialmente o Deus e o povo. (Lenir, 2009).

E para situar uma região, onde a presença das CEBs esteve bastante ativa e forte no início da década de 1980, a depoente relata a região dos Cinco Conjuntos, que por meio das reivindicações se notavam a falta de postos de saúde, de asfalto, de escola, saneamento, isto é, falta de estrutura básica para o desenvolvimento da população. Podemos pensar que naquele período a região ficava distante das demais, e por isso quase isolada do conjunto da cidade, então o que fazer? Como reivindicar? Aí se adotava o método: ver, julgar, agir, ou seja, ver as necessidades do povo daquela determinada região, julgar à luz da palavra de Deus (bíblia), e agir de forma concreta fazendo “passeatas, panelaço, fomos para a rua, ir pra prefeitura”, segundo relata Lenir, dessa forma direcionando a atenção para os problemas daquela região específica e a exigência para uma resolução.

E, seguindo nessa mesma linha de implantação das Comunidades Eclesiais de Base na região de Londrina, o depoente Joaquim P. de Lima, que entre outras atuações participou na década de 1970 e 1980 junto à Comissão Arquidiocesana de CEBs na arquidiocese de Londrina, colaborando na organização dessas CEBs, nos dá um panorama sobre a localização dos principais lugares onde se deu o florescimento das Comunidades Eclesiais de Base na década de 1980, e reforça que em cada uma dessas localidades teve sua singularidade na forma ou “planos de ação”,

[...] CEBs aqui na arquidiocese de Londrina, ela teve então nas décadas de 80, com as mudanças ocorridas no Brasil, com o processo de abertura, com as demandas econômicas, com o surgimento dos movimentos sociais, com o surgimento dos partidos políticos, com as associações de bairros, com os grupos de reflexão, então é..houve um florescer de Comunidades Eclesiais de Base aqui na na arquidiocese de Londrina, na periferia, então foram destaques o Cinco Conjunto, foram destaque então a zona sul de Londrina e foram destaque também bairros periféricos de Cambé [...] e Porecatu, e aí essas regiões impulsionaram lideranças e essas lideranças foram destaques sociais, políticos [...] partidos políticos, organizando sindicatos, organizando associações de bairros, associações de moradores, passeatas, e ao mesmo tempo com movimentos é..de ações bíblicas, organizaram o CEBI²¹, centro de

²¹ CEBI – Nasceu um novo método de leitura da Bíblia, uma leitura a partir da realidade e em defesa da vida, que ficou conhecida como a "Leitura Popular da Bíblia". Para divulgar, aprimorar e capacitar pessoas no uso dessa forma nova de ler e interpretar a Bíblia (metodologia), foi fundado, em 20 de

estudos bíblicos, impulsionando uma ação integrada, aonde fé e ação, aonde fé e política estão integradas [...] O centro, e os bairros semi-centro nesse..nessa época, ele então sentiu a necessidade então em toda diocese e tirou como prioridade durante dois...durante três éé.."três" planos de ação pastoral que deixa como prioridades as CEBs, inclusive até o centro tem como prioridades as CEBs, só que as CEBs do centro elas tinham toda aquela visão muito mais de reflexão meramente sem uma ação transformadora [...].(Joaquim, 2010).

Podemos inferir mediante os depoimentos citados que a atuação da Teologia da Libertação na região de Londrina e das Comunidades Eclesiais de Base no início de 1980 foi ostensiva, pois, as ações organizadas por esses movimentos foram praticadas em várias regiões da cidade nesse período, sendo variadas e atingindo somente a uma parcela da sociedade, principalmente a menos privilegiada e sem acesso aos direitos básicos de infraestrutura.

Quando pensamos sobre a forma de atuação dos movimentos católicos, da TdL de maneira geral e CEBs, especificamente no interior da Igreja Católica na região de Londrina, temos a percepção de que não se trata de um grupo de base que engloba todas as partes da Instituição, como já foi colocado anteriormente. A Igreja tem suas "nuances ideológicas", portanto, no seu interior existem discordâncias e divergências devido a heterogeneidade cultural dos membros que a formam, por conta das regiões em que as Igrejas estão estabelecidas, e da realidade particular que cada uma vivencia.

O comportamento conservador adotados diante dessa realidade por alguns clérigos e bispos gerou conflitos quando em contato com a posição contrária adotada por alguns grupos e membros católicos progressistas, sem essa unanimidade no comportamento desses sujeitos, gerou-se preocupações do lado da hierarquia, pois colocou em risco a "estabilidade" a todo custo preservada pela Igreja Católica.

Nesse sentido, podemos por meio da memória dos depoentes elencar alguns desses fatos que ocorreram na região de Londrina, de forma mais acirrada em alguns momentos e de coexistência em outros, sem deixar esquecer que parte dessas memórias remontam a um momento em que o Brasil ainda está

julho de 1979, o Centro de Estudos Bíblicos-CEBI. O CEBI constitui uma associação ecumênica sem fins lucrativos, formada por mulheres e homens de diversas denominações cristãs, reunidos pelo propósito de captar e fortalecer esse jeito de ler a Bíblia. Ver site <<http://www.cebi.org.br/>>.

sob governo dos militares em processo de abertura à democracia, então a atmosfera não era de total tranqüilidade. Assim Lenir comenta,

[...] A teologia da libertação estava presente, mas que também era algo que um grupo assumia isso... um grupo grande até na época de padres seminaristas, religiosos, assumindo esta opção pela teologia da libertação em Londrina, mas claro sempre um outro grupo contrário a essa ideologia, essa filosofia [...] nós tínhamos as assembleias era sempre muito conflituosa, sempre tivemos essa defesa essa questão da Igreja muito mais voltada para o sagrado, na época tinha-se textos do Vaticano condenando a teologia da libertação. Eu me lembro um que hoje é o papa escreveu falando da teologia da libertação como mal, uma Igreja voltada apenas para a questão política e querendo a própria Igreja calar a voz de quem se manifestava e é claro nós tivemos Leonardo Boff e outros que foram calados.

A depoente conta ainda que um dos motivos de conflitos constantes naquele momento era relacionado às CEBs e outras pastorais sociais como não possuidora de uma espiritualidade, como fora acusada, equivocadamente pelo papa João Paulo II, de estar ligada somente à política. No contexto da região de Londrina, uma parte do depoimento do prof. Joaquim P. de Lima nos é oportuno na medida em que traz à memória um fato que esclarece a nossa discussão acerca do posicionamento e do comportamento de parte da Igreja Católica no período da ditadura,

[...] aqui em Londrina na década de 70, o arcebispo daqui era Dom Geraldo Fernandes²², ele era um conservador da linha chamada linha conservadora da Igreja [...] na Igreja havia uma outra linha chamada linha progressista que tava vinculada ao arcebispo de São Paulo o Dom Paulo Arns [...] e Hélder Câmara, e o arcebispo daqui era de uma linha conservadora junto é a Dom Sigoia e outros bispos de São Paulo, do interior de São Paulo que conduzia... e também do Rio de Janeiro Dom Eugênio Sales que conduzia essa linha da de conservação [...] mas a predominância era de uma Igreja de movimentos e não de pastorais e aí internamente na Igreja havia toda uma discussão que se pautava em torno desse embate, isso é, dessa dessa idiosincrasia da das ações da Igreja que buscava-se as massas [...].(Joaquim, 2010).

²² O primeiro Bispo de Londrina foi Dom Geraldo Fernandes Bijos, nomeado em 17 de fevereiro de 1957, permanecendo até 29 de março de 1982, quando faleceu. Durante o mandato de Dom Geraldo Fernandes, Londrina teve dois Bispos Auxiliares, Dom Antônio Agostinho Marochi, que permaneceu entre nós de 1973 a 1976, e, Dom Luís Colussi, que contribuiu com a Arquidiocese de 1978 a 1980. Ver site <http://www.arquidiocesedelondrina.com.br/arcebispos.php>

Questionado sobre a posição da Igreja naquele contexto da ditadura, um dos depoentes, o Sr. Paulo Turci,²³ tem uma visão diferente, e expressou da seguinte maneira,

[...] a Igreja cumpriu o papel dela muito bem, agora aquela história é...porque na verdade o papel da Igreja fundamentalmente, embora não se desligar da área social, fundamentalmente ela tem como princípio evangelizar e levar os ensinamentos de Cristo [...] nós tivemos naturalmente no meio de todo clero, como em todo lugar tinha um ou outro padre mais...mais exaltado, mais exagerado, mas de um modo geral a Igreja foi sempre aquele estilo de dois mil anos, ou seja, ponderada, justa, racional [...] eu achei que atuação dela foi muito boa ... tranqüila e muito atuante, aquilo que está errado está errado [...] o bispo ir lá e defender uma pessoa e tal numa perseguição injusta, tudo isso achei muito boa [...] (Paulo, 2010).

Outro depoimento, de Rosana Marques Franco,²⁴ vem reforçar a posição do representante da Igreja Católica naquele período, e na direção tomada pela Instituição em relação aos movimentos de caráter progressista e em contrapartida na posição ante à Ditadura Militar (1964-1985),

[...] eu lembro que o bispo sempre chama...que é o Dom Geraldo [Fernandes] né, que era o Dom Geraldo [...] que foi o primeiro arcebispo aqui de Londrina, ele tinha uma uma postura bem reacionária, bem bem é..à favor no caso [...] não sei dizer se à favor do regime mas que pelo menos não era vinculada a questão de contestação do regime, isso com certeza (Rosana, 2010).

Em Cambé, segundo o depoimento do Sr. João Acácio Lugle, o comportamento da Igreja ante à ditadura foi de coexistência e apoio no início, sem muitos atritos e, à medida que a Ditadura Militar tornava-se cada vez mais repressiva, essa relação mudou, como podemos acompanhar por seu depoimento,

[...] no começo foi tudo bom, a Igreja apoiou, tudo, mas depois no fim, foi uma, uma, uma divergência entre Igreja e o Governo Militar, teve sim. (João, 2009).

²³ Entrevista cedida em agosto de 2010, na Igreja Matriz de Londrina.

²⁴ Entrevista cedida em outubro de 2010, no centro acadêmico de História da UEL.

Essa percepção de mudança de atitude de parte da Igreja Católica na concepção da dinâmica da Ditadura Militar (1964-1985) pelo Sr. João A. Lugle²⁵ tem respaldo nos depoimentos de alguns bispos da Arquidiocese de São Paulo,

[...] eles [os militares] apresentavam um programa de uma perspectiva de acabar com o movimento comunista, que eles diziam ser muito forte. Talvez fosse, a gente nem tinha conhecimento muito exato. Havia um pouco de agitação no meio universitário, isso a gente sentia, mas que chegasse a ser um perigo para a nação, isso eu não posso afirmar, mas eles afirmavam, eles militares. E também a honestidade, eles queriam que tudo corresse bem, que não houvesse roubalheira, então de início a gente estava numa perspectiva de que tudo ia correr bem.”(Dom Benedicto apud LANZA, 2001, p. 11).

Percebe-se pelo depoimento do bispo que havia uma crença na promessa de estabilização por parte dos militares de uma realidade de agitação de estudantes e corrupção que ocorria naquele momento, somado com o perigo de instalação do comunismo, daí o fomento ao que os próprios bispos interiorizaram de “Revolução Militar”, porém, ao tomar um rumo diferente daquilo que imaginaram, o apoio desses bispos mudaram em relação à ditadura,

[...] Dom Paulo assumiu de uma forma muito clara sua posição no momento pré-Golpe, sendo favorável a instalação dos militares em 1964, no entanto sua posição frente aos atos da Ditadura foi radicalmente alterada, principalmente após o governo do General Castelo Branco (1964-1967).(LANZA, 2001, p. 14).

Pelo discurso abaixo observa-se essa mudança de comportamento de parte da Igreja Católica no discurso de um dos bispos bem conhecidos no cenário nacional e internacional, Dom Paulo Evaristo Arns, em que expressa sua desaprovação no modo de governo dos militares,

[...] A gente logo percebeu que os governos militares não estavam preparados para dirigir o Brasil, o que mais parecia preparado era o primeiro, e todos os outros nos parecia [...] como também parecem até hoje despreparados para governar o Brasil, tanto do ponto de vista econômico, social, quanto do ponto de vista sobretudo político e de participação do povo.(ARNS apud LANZA, 2001, p. 14).

²⁵ Entrevista cedida em dezembro de 2009, na Paróquia Santo Antônio, centro de Cambé.

Ao analisarmos as declarações dos depoentes anteriormente citados, pode-se constatar que existem divergências nos pontos de vistas a cerca de um mesmo fato, o comportamento e posição da Igreja Católica ante a ditadura e a Teologia da Libertação.

Alguns depoimentos deixaram claro a posição conservadora do bispo de Londrina na década de 1970, como o entrevistado prof. Joaquim P. de Lima e a Rosana M. Franco, assim como os embates de membros progressistas que aderiram à Teologia da Libertação e grupos conservadores no interior da Igreja Católica relatados por Lenir, e que por outro lado na relação com o bispo Dom Geraldo Fernandes expressou, ao contrário dos outros depoimentos, um bispo mais próximo no apoio aos movimentos da Igreja, como fica evidente na sua memória:

[...] Nós tivemos um bispo aqui que foi o próprio Dom Geraldo Fernandes [...] que é um bispo presente que subia no seu cavalo e ia para zona rural formar comunidades... um bispo muito simples que ... administrador, que fazia Igreja, construía Igrejas, mas também que ia para casa do povo, organizava o povo para rezar o terço. Então a Igreja em Londrina tem muito o que lembrar do bispo Geraldo Fernandes.(Lenir, 2009).

Na mesma direção, segue o depoimento do Sr. Paulo Turci na ponderância da Igreja em relação à atuação da Instituição na cidade de Londrina, destacando o papel principal da Igreja Católica como evangelizadora, cumprindo assim seu papel. Ainda revela a sua participação em defesa dos perseguidos injustamente, quando percebido pelo bispo.

Nesses pontos de vista, traduzidos no depoimento de cada sujeito, estão refletidos as diferenças, as divergências já relatadas, as convicções, deixando transparecer, no plano de atuação da Instituição Católica na região de Londrina. Por um lado, alguns momentos de sensibilidade da hierarquia e atitude ponderada, por outro, a oposição velada e mesmo explícita revelam, desse modo, a heterogeneidade das memórias dos sujeitos que emergem no presente.

Éder Sader, (1988) faz uma reflexão que nos ajuda a melhor compreender essas memórias divergentes,

[...] Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas elaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido.

Porque há sempre uma defasagem entre realidade e representação entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão uma das outras [...] As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam em diversas atribuições de significado (SADER, 1988, p. 142-143).

Nesse sentido, podemos pensar que cada sujeito possui uma história de vida, cada um deles tiveram contato com diferentes pessoas, movimentos e fatos, formações escolares/acadêmicas distintas ou mesmo semelhantes, aproximações e distanciamentos com os bispos e padres que fizeram parte da história da Instituição Católica da região de Londrina, e que os fazem interpretar a sua própria realidade utilizando-se das “matrizes discursivas”, no que elaboram “suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos”, segundo Eder Sader (1988).

Pensemos que se parte desses integrantes da Igreja Católica, entendida como progressista se opunha a uma ordem política, econômica e social, isso não deixava de atrair maiores consequências. Isto é, têm-se em relatos, memórias vivas, documentos escritos e uma porção de outros materiais (sem contar os arquivos que ainda não foram abertos), o suficiente para destacar as perseguições violentas no período da Ditadura Militar (1964-1985).

Até mesmo um pouco antes, mas principalmente após a implantação do AI-5 (1968) o aparelho repressivo do Estado estruturou-se de tal forma que a violência tornou-se institucionalizada, praticamente quase ninguém que se declarava oposição, nessa época, estava ausente de repressão e tortura.

Um trecho da entrevista cedida por Dom Paulo Evaristo Arns a Fábio Lanza retrata um pouco desse momento,

[...] em 1968, quando começou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, como se dizia naquele tempo e se diz ainda hoje, é, faz 30 anos exatamente, naquele momento é que a gente sentiu a perseguição aberta contra todos os que se movimentavam a favor da pobreza ou a favor dos operários, ou a favor das pessoas politicamente é, ah, divergentes da opinião do governo [...]. E é claro, todos nos colocamos ao lado dos que estavam sofrendo (ARNS apud LANZA, 2001, p. 14).

Então, entendemos que nesse momento, por essas declarações, o Estado havia declarado guerra aos “subversivos”, estivesse de batina, de jaleco

branco de professor ou médico, de terno e gravata, enfim, se houvesse a menor suspeita de ligação com qualquer grupo que se entendesse contrário aos ideais militares, que fosse reconhecido como uma ameaça e colocasse em risco a estabilidade e a segurança nacional, aí a mão do aparelho estatal pesaria com as diferentes formas de perseguição e repressão.

Nessa atmosfera de medo e insegurança que se abateu sobre uma parte da população, o Estado estava presente em todas as regiões, sufocando os movimentos que se levantavam contra a sua autoridade, personificado na figura dos generais que passaram pelo poder. Na região de Londrina podemos constatar, por meio dos relatos, que a repressão não foi menos intensa, como segue no depoimento do professor Joaquim P. de Lima,

[...] na década de 60 e 70 na diocese de Umuarama, a informação que eu tive é que tinha algumas lideranças de Igreja foram perseguidas e foram expulsas e tinha na paróquia na qual eu residia em Umuarama e Iporã havia um professor de língua portuguesa que ele tinha toda uma discussão teórica na linha libertadora de Paulo Freire, esse professor ele desapareceu de lá, para onde ele foi? [...] no começo da década de 70, um padre que participava junto com o movimento aqui na arquidiocese de Londrina, que foi para São Paulo e até hoje não voltou, certo? Então [...] e além de que na década de 80 que eu estive participando junto à Comissão Pastoral da Terra, havia toda uma intervenção junto aos movimentos sociais das pastorais, eu eu da minha parte fui perseguido, fui preso, fui detido [...] é..fiquei dois dias detido em [...] Santaa..Jacarezinho e alguns padres também foram detidos aqui por sua intervenção junto aos movimentos sociais na Igreja...dois líderes que atuavam junto ao Movimento dos Sem Terra e que eram líderes religiosos, eles desapareceram, isto é, eles estavam no acampamento dos Sem Terra em Alvorada do Sul, entrou..adentrou em um ônibus e aí foram..nós esperamos eles chegarem aqui em Londrina, e eles não apareceram [...] (Joaquim, 2010).

Diante desses relatos, percebe-se um fato que nos é trazido pelo depoente, que trata de um momento em que mediante intensa repressão, prisão, tortura e assassinatos, o meio que os militares encontravam de encobrir tal crime era dizer que o sujeito havia simplesmente desaparecido, existem algumas famílias que nunca mais viram seus entes, os quais provavelmente foram enterrados em cemitérios clandestinos. Podemos constatar esse processo nos documentos

reunidos no projeto BNM (Brasil Nunca Mais), organizado entre outros por Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright²⁶,

[...] O fenômeno da detenção arbitrária ou seqüestro, seguido do desaparecimento da vítima, se propagou rapidamente na América Latina durante as últimas décadas, em que a maioria dos países foi governada sob a Doutrina de Segurança Nacional [...] A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país [...] O perseguido político, muitas vezes, para manter-se incólume, opta por viver na clandestinidade [...] Quando os órgãos de segurança conseguem deter uma pessoa nessas circunstâncias, deste fato não tomam conhecimento, a sociedade, os tribunais, a família, os amigos e o advogado do preso Quando se obtém a certeza da prisão, os organismos de segurança já eliminaram a vítima e já destruíram todos os vestígios que pudessem levar ao seu paradeiro [...] No Brasil existem cerca de 125 cidadãos desaparecidos por motivação política. (BNM, 1985, p. 260-261).

Nessa mesma linha de discussão, um relato do Sr. Paulo Turci mostra a forma de intimidação praticada pelos agentes públicos do Estado a um professor que tinha uma “atitude suspeita” devido aos seus pontos de vista ligado a uma ideologia que pregava o socialismo,

Sr. Moacir Teixeira [...] o delegado [pergunta] Sr. prega o com..com comunismo? Ele disse:...olha eu não prego o comunismo, eu prego o socialismo, olha eu sou cristão [...]e ele acabou sendo aposentado compulsoriamente... e era um professo...excelente professor [...]. (Paulo, 2010).

Os relatos acima constataam os variados tipos de tortura que não eram somente físicas, mas também psicológica, muito usada para arrancar confissões por parte dos agentes do Estado, no qual atingia boa parcela da sociedade, independente da classe social a que pertencia ou profissão que exercia. Mesmo no interior da Igreja Católica haviam os conflitos, como já fora tratado, no qual ela procurava controlar ou contornar a situação agindo de forma a evitá-los, mas sem sucesso algumas vezes.

²⁶ Jaime Wright - Formado pela Universidade de Arkansas, e pós-graduado na Pensilvânia, exerceu o ministério no interior da Bahia, destacando-se em Caetité, no final da década de 1960 e começo da seguinte. Ali marcou pelas denúncias contra desvios em órgãos do governo estadual, o que lhe valeu as primeiras perseguições por parte de um regime que não tolerava a exposição de suas mazelas. Na loja maçônica de Caetité, em 1968 fez a instituição aprovar uma declaração que condenava a transgressão aos direitos humanos. Ver mais informações http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_Wright.

Dessa forma no depoimento dos sujeitos, percebe-se que os bispos não estavam alinhados às comunidades eclesiais de base instalados na região de Londrina, o resultado foi que nesse momento não houve total apoio da Instituição Católica a esses grupos, como as CEBs, para seu crescimento e expansão, ocasionando seu enfraquecimento gradual.

Na direção de Dom Geraldo Majella²⁷ à Igreja de Londrina, no princípio da década de 1980, observa-se que a hierarquia procurou afastar alguns clérigos mais radicais ligados à Teologia da Libertação e que atuaram diretamente na formação de CEBs, um deles, no local dos Cinco Conjuntos, acabou substituído da região de conflito por outro padre de outra linha de formação, como se percebe no depoimento abaixo,

[...] Pe. Alberto [...] um padre fervoroso todo o povo... que na época era grande radical contra a era Belinatti que construiu a região dos Cinco Conjuntos na gestão dele. O padre Alberto era o padre daquela região, colocando ali as CEBs. Aquele jeito que foi construída aquela região, distante, sem estrutura nenhuma, o padre Alberto lutando com o povo, formando CEBs, formando pastoral, desmistificando o deus Belinatti. Foi perseguido, sem dúvida, ameaçado e logo depois foi colocado um padre da renovação carismática lá... um padre dessa linha de pensamento para combater um ídolo que era o Belinatti, mas ao mesmo tempo, com a substituição por outro de uma outra linha da renovação carismática e o Pe. Alberto foi enviado para outra cidade. (Lenir, 2009).

Outro depoimento, do professor Joaquim P. de Lima, aparece no sentido de confirmar essa ação do bispo de obstaculizar as ações dos movimentos da Teologia da Libertação na cidade de Londrina, quando da direção desse mesmo bispo,

[...] Dom Geraldo Majella, e aí então ele tem uma outra posição, uma outra corrente de pensamento quee que é mais moderada, conservadora, mas mais moderada e que ele acabou então é não confrontando com a linha mais..da Teologia da Libertação, mas ao

²⁷ “Dom Geraldo Majella Agnelo (Juiz de Fora, 19 de outubro de 1933) é um cardeal e arcebispo primaz do Brasil. Filho de Antonio e Silvia Agnelo, foi ordenado presbítero em 29 de junho de 1957, aos 23 anos. Foi eleito bispo de Toledo, Paraná, aos 44 anos, em 5 de maio de 1978, recebeu a ordenação episcopal na Catedral de São Paulo, no dia 6 de agosto de 1978, no mesmo dia e na mesma hora do falecimento do Papa Paulo VI, pelas mãos de Dom Frei Paulo Evaristo Cardeal Arns O.F.M., Dom Benedito de Ulhôa Vieira e Dom Angélico Sândalo Bernardino. Foi elevado a Cardeal da Santa Igreja no consistório de 2001, com o título presbiteral de São Gregório Magno na Via Magliana Nova. Sua Eminência o Cardeal Geraldo Majella Agnelo é, desde 1999, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil”. Ver site <<http://www.arquidiocesedelondrina.com.br/arcebispos.php>>.

mesmo tempo ele criava todos os obstáculos para que essas lideranças, as pastorais não se prosperassem, inviabilizando os meios para que elas pudessem é.. [...] [não] “viabilizar” [...].(Joaquim, 2010)

Em seu depoimento, Rosana traz à memória mais um fato que se liga aos outros relatos que marcam a linha de atuação da Igreja na cidade Londrina em princípio da década de 1980, destacando uma vez mais que os conflitos ocorriam, muitas vezes, de forma acirrada, não somente mas, principalmente, para com o bispo, e também com alguns setores da sociedade que equivocadamente taxavam esses padres de comunistas,

[...] os padres específicos dessa dessa Igreja [...] dos Sagrados Corações, eles tinham uma participação política muito forte, e inclusive ass..assim, sofriam perseguições né? quee na época, por parte...principalmente do do bispo né ? da da da arquidiocese de Londrina que era...não era vinculada a a perspectiva que eles tinham né? Principalmente ele que era o padre Uril que que foi o que eu percebo hoje que era bem perseguido sim, é..pelo bispo que era o Dom Geraldo, pelos sermões que ele fazia na missa e tal [...] especificamente em relação a esse padre [...] a essa Igreja, uma coisa que me marcou bastante é uma frase que uma vez picharam ali na Igreja do Sagrados Corações: “Fora padres comunistas” [...] ele deveria fazer parte de algumaa..éé.. de algum movimento né, contra contra a ditadura, assim mais forte pela pressão que ele sofria [...] esse padre sofria né, as sanções e tal pela figura do bispo [...] (Rosana, 2010).

Diante das revelações dos depoentes, podemos inferir que no período da Ditadura Militar (1964-1985) as perseguições aos sujeitos dos movimentos cristãos, padres, professores, leigos, foram intensas pelos agentes do Estado, em Londrina e região.

Percebe-se a prática da Teologia da Libertação e as CEBs numa dinâmica que tinha seu vigor na luta pelo social, isto é, por moradia, por saneamento básico, por transporte, por educação, enfim, por melhores condições de vida. Por conta disso, encontrou insatisfações não somente por parte do Estado autoritário, como também no interior da Instituição Católica, que pode ser visto como uma posição de cautela e de não conflito direto com o Estado opressor naquele momento.

Alguns dos membros da Igreja dos Sagrados Corações sofreram pressão e principalmente o padre Uril, relatado pela prof^a. Rosana, em que a Igreja

fora alvo de pichação nas paredes, por parte de um grupo de pessoas da sociedade em Londrina pedindo sua saída por estar supostamente ligado ao comunismo.

Diante dos discursos-memória verificados nos sujeitos entrevistados é possível captar na região de Londrina os choques entre os agentes do Estado/hierarquia conservadora da Igreja Católica e os cristãos da ala progressista que constituíram as CEBs e a Teologia da Libertação, isto ficou evidente.

Ao pensar sobre esses conflitos, elevando de maneira mais ampliada esse contexto histórico, somos levados a observar que esses embates não são atuais e essa relação Estado/Igreja tampouco claros, como percebemos em Roberto Romano,

É transformando suas próprias fraquezas (afastamento dos centros de decisão e perda de base social) em armas políticas eficazes que a Igreja encontrou seus aliados, talvez temporários, e aumentou a impopularidade dos governos militares e do modelo capitalista que eles representam. Aliás, ela vai muito mais longe, tentando colocar em questão a soberania exclusiva do poder laico sobre a Nação: vendo-se expulsa da esfera política, ela desvela a suspeição de ilegitimidade do governo, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, prescreve aos fiéis um respeito escrupuloso às leis estabelecidas. A estrita observância dos regulamentos civis é o penhor oferecido pela Igreja em vista de uma sempre possível reabertura do diálogo com os poderes públicos, à condição de que importantes reformas sociais sejam operadas, sem atingir fundamentalmente a propriedade privada. (ROMANO, 1979, p.250).

A partir dessas constatações, podemos inferir a posição ambígua de parte da Igreja Católica em relação ao Estado, e sua busca de reforma social como forma de incorporar a população excluída do sistema capitalista, sem colocar em perigo a estabilidade da ordem político-econômica e social vigente, isto é, sem atingir profundamente a estrutura baseada na propriedade privada, ou no intuito de abalar os privilégios da elite nacional, assim como explicita o autor,

Em resumo as reformas preconizadas pela Igreja tendem a assegurar sua autoridade, fazer aplicar a legalidade estatal, impedir a desintegração social, definir os limites toleráveis pelos dominados em face da exploração capitalista, garantir uma classe de pequenos proprietários, situada entre os expropriados e os latifúndios, assegurar a subsistência e a reprodução da força de trabalho na cidade e no campo [...] ela pensa integrar a maioria da população ao sistema capitalista, buscando diminuir a marginalização social e velar para que o proletariado participe das vantagens do desenvolvimento econômico.(ROMANO, 1979, p.253).

Diante de todas as situações colocadas no contexto das relações entre Estado e Igreja Católica, e dentro da Igreja os sujeitos ativos nas comunidades eclesiais de base e TdL, há por trás dessas ações o imperativo hierárquico com sua forma de reforma para toda sociedade, como visto nesse fragmento observado por Roberto Romano.

Nesse sentido, fica demonstrado que apesar da organização eclesiástica e do bispado de parte da Instituição Católica almejarem mudanças no conjunto da sociedade, se percebe seu interesse de mediadora, para alcançar segundo seus próprios pressupostos as transformações necessárias para todo um povo, sem perder o controle sobre os membros mais exaltados e radicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se acompanhar diante do contexto latino-americano observado no primeiro capítulo sobre as crises que o continente passou, principalmente, após a depressão de 1929, os intensos conflitos entre os grupos políticos pela tomada do poder político que causou o aprofundamento e agravamento dos problemas sociais, que atingiram com maior intensidade a classe pobre e menos privilegiada do continente.

Observou-se que a segunda guerra mundial (1939-1945) foi um acontecimento importante que mergulhou boa parte dos países europeus também numa crise econômica e política, na qual alterou o cenário para um nova ordem mundial. A partir daí, percebeu-se então a divisão do mundo em dois polos: Comunismo x Capitalismo – Estados unidos x União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Diante das discussões levantadas, há subsídios necessários para afirmar que essa conjuntura latino-americana proporcionou o surgimento de uma série de problemas para a maioria dos países e suas populações, como já fora constatado anteriormente. E esses problemas, principalmente sociais, “sensibilizaram” uma parcela da Igreja Católica que passou a defender melhorias das condições materiais dessas populações que estavam vivendo à margem da sociedade, e também contra o comunismo que se expandia por quase todo globo.

Acompanhamos que oficialmente a abertura da Instituição Católica ocorreu a partir de 1962, com o Concílio Vaticano II na sua abertura de “Igreja para o mundo”, reunindo os bispos para uma renovação em âmbito pastoral, espiritual e litúrgico. Essa abertura proporcionou novas discussões sobre a posição da Igreja Católica na América Latina que pediu uma reflexão mais aprofundada sobre as novas diretrizes tomadas no CV II, que culminou com a organização e realização da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, no ano de 1968 na Colômbia, onde a Igreja Católica assumiu o seu papel em defesa dos menos favorecidos e “optou preferencialmente pelos pobres”. Defendeu também a “libertação integral” do homem como essencial para transformar o meio no qual se achava condicionado. (WANDERLEY, 2007).

Outro ponto que teve grande importância na configuração da Igreja Católica na América Latina, e deve ser lembrado, foi a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, em 1979 no México, com o tema da “Evangelificação no presente e no futuro da América Latina”, onde destacou pontos de intensa discussão como o marxismo e a segurança nacional.

A partir desse momento, a Teologia da Libertação ganhou força e expandiu-se por quase todo continente americano. Dentro da Igreja Católica, parte de seus membros aderiram à Teologia, ala progressista, que passou a confrontar as Ditaduras Militares em alguns países, inclusive no Brasil, onde seus membros sofreram perseguições e torturas por todo território nacional.

No conjunto dos acontecimentos, podemos perceber que o maior controle por parte do Estado militar brasileiro levou a implantação dos Atos Institucionais, que tirou o direito político e civil conquistado. Com essa perda da liberdade, iniciou-se então um período de grandes conflitos entre os seguidores da Teologia da Libertação que estavam nas CEBs, em face a essa atmosfera opressiva emanada do Estado repressor.

É válido lembrarmos alguns pontos, afim de que possamos pensar a conjuntura social, econômica e política que possibilitou o surgimento dessa nova Igreja Católica na América Latina, que se abriu aos movimentos laicos e se aproximou do povo. Percebemos as várias regiões brasileiras em confronto com o governo militar, e a região de Londrina esteve sob a vigilância do Estado em que muitas pessoas puderam testemunhar e viver esse período da história da região.

No contato com alguns desses sujeitos, pudemos verificar que, por volta do fim da década de 1970, a Teologia da Libertação apareceu com mais evidência na cidade de Londrina, e as CEBs com mais força no início da década de 1980, na qual houve o engajamento de vários seminaristas da Igreja Católica a essa Teologia e a prática ostensiva das comunidades eclesiais de base na realidade da região londrinense.

Alguns sacerdotes adotaram a linha da Teologia da Libertação e tiveram participação ativa e efetiva na organização de CEBs em Londrina. No entanto, esbarraram, segundo alguns depoimentos, no conservadorismo do bispo da época, Dom Geraldo Fernandes, que não estava alinhado aos ideais da Teologia da Libertação, e que sem esse apoio necessário não se desenvolveu com todo vigor.

Em contrapartida, percebe-se pelos depoimentos já citados de Lenir, outro ponto de vista que diverge parcialmente do prof. Joaquim e da profª Rosana, quando afirma que Dom Geraldo Fernandes esteve a apoiar, na sua administração da Arquidiocese de Londrina, a criação de comunidades para rezar, e desse modo estar mais próximo a ela, ou ainda, pelo ponto de vista do Sr. Paulo, de que a Igreja agiu com ponderância e equilíbrio naquilo que dizia respeito a sua função no meio da sociedade.

Divergências à parte, alguns relatos vão no sentido de que os padres que assumiam uma posição mais progressista de apoio à Teologia da Libertação e as CEBs, que deixou transparecer muitas vezes na homilia, suas opiniões e ações práticas, eram chamados pelo bispo e recebiam algum tipo de censura.

Mesmo no princípio da década de 1980, com a mudança de bispo, com o falecimento de Dom Geraldo Fernandes, e com o novo bispo, Dom Geraldo Majella, e, que segundo um dos depoentes, prof. Joaquim, tinha uma posição conservadora mais moderada, a Teologia da Libertação e as CEBs não puderam desfrutar de seu apoio, no qual não procurou confrontar com os movimentos progressistas diretamente, mas que criava entraves para inviabilizá-los.

Nessa relação entre a Igreja da região de Londrina e a Teologia da Libertação e as CEBs, percebeu-se em alguns momentos essa animosidade mais explícita, mas também coexistente entre esses grupos discordantes. Porém, o que é perceptível nesses discursos-memória é que diante da perseguição e repressão de membros e líderes católicos pelos agentes públicos do Estado, parte da Igreja levantou-se e assumiu, em alguns momentos o papel de defensora desses perseguidos. Isso ficou evidente em alguns depoimentos.

Todo o contexto vivenciado na região de Londrina entre os adeptos da Teologia da Libertação e das CEBs, durante a Ditadura Militar (1964-1985), ocorreu numa dinâmica que acompanhou a conjuntura social, política e econômica nacional.

No decorrer da década de 1980, com o “começo do fim” da ditadura e início da era democrática, paralelamente na região de Londrina, ocorreu o gradual enfraquecimento da TdL e as CEBs ligados a uma parte da Igreja Católica. A outra parte estava, nessa época, mais voltada a espiritualidade e a ênfase nos trabalhos sociais por meio das pastorais ficou em segundo plano, ou seja, a ala mais

conservadora se sobrepôs aos progressistas, que nesse momento estava sob o comando do Papa João Paulo II.

Outro ponto importante e conclusivo para demonstrar a situação do movimento da Teologia da Libertação e as CEBs, foi que não houve um acolhimento aos líderes, isto é, um diálogo por parte da hierarquia para com eles, nisto acabaram por se distanciar e participar em partidos políticos, alguns se afastaram, outros voltaram à sua realidade profissional.

Esses são alguns dos destaques para visualizarmos a situação pós-ditadura em que se encontrava a Teologia da Libertação e as CEBs que nos dias de hoje se percebem enfraquecidas, que se deve, em parte também pelas opções políticas de cada integrante da TdL. A soma dessas causas e outras existentes, acumuladas nas últimas décadas foram capazes de fragilizar um projeto, mesmo que dentro da estrutura capitalista, de mudança da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE FILHO, Francisco Antônio de. **Igreja e ideologias na América Latina, segundo Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais (BNM)**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BEOZZO, José Oscar (Org.). **O vaticano II e a Igreja Latino-Americana**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo: eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CALCIOLARI, Sílvia. **Presos políticos e a memória social da tortura no Paraná 1964-1978**. Curitiba: Assembléia Legislativa, 2006.
- CESÁRIO Ana Cleide Chiarotti; ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti. Discurso e ideologia: reflexões no campo no marxismo estrutural. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.32, n.1, p.1-8, 2010.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DA SILVA, Helenice Rodrigues. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.
- DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- DUSSEL, Enrique D. **Caminhos de libertação latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **Teologia da Libertação em Londrina**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais da UEL, Londrina.
- LANZA, Fábio. **A ditadura militar no discurso-memória da Igreja Católica na Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP, Franca, 2001.
- LOWY, Michael. **Marxismo e teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História**: Tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: EDUEL, 2001.

ROMANO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em casa**: experiências, falar e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Alcides Ribeiro. **A ditadura e seu legado**: subsídios à crítica acerca da ditadura militar de 1964-1985. São Paulo: Clíper, 2004

WANDERLEY, Luís Eduardo W. **Democracia e Igreja popular**. São Paulo: EDUC, 2007.

APÉNDICE

ROTEIRO PARA PESQUISA ORAL

1. Dados pessoais

- a) Nome completo
- b) Ano de nascimento
- c) Qual a cidade de origem?
- d) Quando mudou para Londrina ou região?
- e) Qual a sua formação escolar/acadêmica?
- f) Esteve vinculado a outra denominação religiosa anteriormente? Qual? Em que período?
- g) Quando passou a exercer (cargo, função ou mandatos) religioso?

2. Teologia da Libertação e as CEB's na região de Londrina durante o período da Ditadura Militar (1964-1985).

- a) Você esteve vinculado a algum movimento social ou pastoral da Igreja Católica no período do Regime Militar (1964-1985)? Qual? Como você atuava?
- b) O que você observou na relação e comportamento da Igreja Católica com o governo militar aqui na região de Londrina?
- c) Qual a posição adotada pela igreja aqui de Londrina diante da Teologia da Libertação naquele momento?
- d) Houve perseguições de líderes de movimentos sociais, pastorais, padres ou leigos aqui na região?
- e) Participou direta ou indiretamente nas Comunidades Eclesiais de Base dentro da Igreja? Como?
- f) Como você percebia o desenvolvimento das CEB's dentro da igreja naquele período? E como você vê o movimento na atualidade?
- g) Os membros das CEB's tiveram contato com outros movimentos sociais, políticos e religiosos? Como eram estes contatos?
- h) A partir do relacionamento da igreja com o regime militar, qual foi o impacto das ações católicas na região de Londrina?